



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSORA ORIENTADORA: LARA AMORIM

Mariana Müller Samôr
RA: 20531425

**Como as revistas Veja e Época noticiaram o Referendo das Armas
2005: análise do conteúdo**

Brasília, novembro de 2006

Mariana Müller Samôr

**Como as revistas Veja e Época noticiaram o Referendo das Armas
2005: análise do conteúdo**

Dissertação apresentada para obtenção do
título de graduação em Comunicação Social,
habilitação em Jornalismo do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.
Dra. Lara Amorim

Brasília, novembro de 2006

Mariana Müller Samôr

**Como as revistas Veja e Época noticiaram o Referendo das Armas
2005: análise do conteúdo**

Dissertação apresentada para obtenção do
título de graduação em Comunicação Social,
habilitação em Jornalismo do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientado pela Prof. Lara Amorim

Banca examinadora

Professora Lara Amorim
Orientadora

Professora Mônica Prado
Examinador

Professor Sérgio Euclides
Examinador

Brasília, novembro de 2006

Dedicatória

Dedico este trabalho a todas as pessoas que buscam ampliar sua percepção neste mundo por meio da prática do estudo.

Agradecimento

Agradeço ao professor Sérgio Euclides por ter me apresentado a minha orientadora Lara Amorim, uma pessoa de rara sensibilidade e amplo conhecimento acadêmico.

Agradeço também à professora Mônica Igreja Prado e à jornalista Laura Benevides que contribuíram muito para realização deste estudo.

Sobretudo, agradeço à compreensão do meu marido Rodrigo, do meu tio Dutra, da minha tia Sidoca, da minha mãe Lia, do meu pai Otávio José, da minha amiga Nice Leide, da minha melhor amiga Marina Herrmann, do meu grande amigo, Aluizio Hamann, e do meu cachorro Chico.

O essencial é invisível ao olhar.
A. de Saint Exupéry

RESUMO

Este estudo buscou compreender o conteúdo noticioso das revistas **Veja** e **Época** acerca do Referendo das Armas votado no Brasil em 23 de outubro de 2005. A pesquisa utilizou as ferramentas da Análise de Conteúdo (AC) para avaliar a fundo o posicionamento destas publicações.

A partir da seleção das unidades temáticas do conteúdo destas publicações sobre o assunto em questão, averiguou-se o modo como este Referendo foi divulgado por estes meios de comunicação de massa. E ainda, possibilitou-se conhecer o cenário político que se formava desde a aprovação do Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

O trabalho avaliou as publicações dos dias 3 e 5 de outubro de 2005, período decisivo para votação do Referendo das Armas, por tratar-se dos exemplares mais evidentes de uma polarização contra ou à favor do desarmamento, permitindo ainda demonstrar como estas publicações interferiram na construção do entendimento deste Referendo por parte da população e, ao mesmo tempo, refletiram idéias e argumentos difundidos no embate de entidades públicas, como instituições, organizações ou partidos de orientações políticas opostas.

Palavras-chave: Referendo das Armas, Análise do Conteúdo, Estatuto do Desarmamento, revista Veja e revista Época.

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	1
<i>Metodologia</i>	3
<i>1 Consulta popular no Brasil</i>	4
<i>2 A Política no Referendo</i>	7
<i>3 Da campanha publicitária à jornalística</i>	11
<i>4 Técnicas de produção de notícia</i>	15
4.1 Agendamento.....	17
4.2 Enquadramento.....	19
<i>5 Análise de conteúdo das revistas</i>	21
5.1 Posicionamento quanto ao Referendo.....	22
5.1.1 Capas.....	22
5.1.2 A proibição do comércio de armas e munição no Brasil.....	23
5.1.3 Desarmamento em outros países.....	28
5.1.4 Comércio Ilegal no Brasil.....	30
5.1.5 A formulação da pergunta do Referendo.....	32
5.1.6 Dados do Referendo.....	34
<i>Conclusão</i>	38
<i>Referência</i>	39
<i>Anexo A</i>	41
<i>Anexo B</i>	42
<i>Anexo C</i>	43
<i>Anexo D</i>	44
<i>Anexo E</i>	45
<i>Anexo F</i>	46
<i>Apêndice A: Entrevista de Profundidade com Mônica Prado</i>	47

Introdução

O Brasil foi o primeiro país latino americano a convocar a população para decidir sobre a comercialização de armas. Sabendo da importância desta votação para a construção de políticas públicas voltadas para segurança pública e criação de um ambiente de paz nesta sociedade, os meios de comunicação do Brasil tomaram a frente no debate do Referendo das Armas até a data da votação. No entanto, a participação da mídia foi feita sem isenção quanto ao posicionamento sobre o polêmico tema, desconsiderando-se a construção de cidadania prevista na Lei de Imprensa¹. O que se percebeu foi uma necessidade de convencer o público por meio de notícias tendenciosas, ou seja, ao invés de informá-lo sendo imparcial sobre o tema, revelou-se partidária. As revistas **Época** e **Veja** reportaram o referendo de modo tal que expuseram a polaridade do debate, assim como as Frentes Parlamentares disputaram seus eleitores mostrando o lado do “sim” e do “não”.

O objetivo deste estudo é mostrar o modo como estas revistas trataram de divulgar o Referendo das Armas, a partir de uma compreensão do enquadramento, agendamento e apresentação das notícias feita sobre o assunto. Esta avaliação faz-se necessária pelo retrato crítico do conteúdo apresentado sobre um tema de relevância nacional. Ao analisar o conteúdo destas importantes revistas de circulação nacional, é possível constatar a motivação dos veículos quanto à elaboração das mensagens e à maneira pela quais as revistas formularam suas matérias, reduzindo o debate sobre o tema a determinados argumentos privilegiados conforme o posicionamento, explícito ou não, destas publicações. Como será demonstrado neste trabalho, observa-se que, ao invés da imprensa brasileira promover a construção da cidadania ou simplesmente demonstrar um maior comprometimento com a nação, ela deixou-se levar pelo oportunismo, privilegiando os interesses da "politicagem" nacional e explorando a polêmica em detrimento de sua função primordial: informar.

Para esta análise, primeiramente, levou-se em conta a disposição dos assuntos nas revistas, de modo a avaliar o enfoque dado ao tema. Por essas revistas representarem de forma contrária o posicionamento neste Referendo, pôde-se estudar as motivações quanto a esse posicionamento ou a quês interesses elas estavam atreladas. Enquanto a revista **Veja** enfocou sua matéria na deficiência do poder público diante do

¹ A Lei de Imprensa 5.250, de 9 de janeiro de 1967, prevê no artigo 12 que, aqueles que através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da Liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta Lei e responderão pelos prejuízos que causarem.

enfrentamento do problema da ilegalidade de armas no Brasil, a **Época** explorou a insegurança e os riscos conseqüentes do uso das armas de fogo por cidadãos comuns. A partir dessa percepção, foi feita uma seleção do conteúdo das publicações por categorias, a fim de avaliar o enquadramento das revistas.

Foram analisadas as publicações do dia 3 e 5 de outubro de 2005, por tratar-se dos exemplares mais evidentes desta polarização sobre o desarmamento.

A primeira parte deste estudo mostra quais foram às consultas populares que já ocorreu no Brasil e seu propósito na democracia direta, a partir da noção geral apresentada pela jurista Clara Quintela e pelos artigos que regulamentam esse tema na Constituição.

O segundo capítulo aprofundou-se na utilidade do Referendo para esta nação. Para destacar as informações quanto ao processo de histórico deste Referendo, a pesquisa baseou-se nas informações dos *site* do Supremo Tribunal Federal, do Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além da Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento.

Dando continuidade ao entendimento histórico do Referendo das Armas, este capítulo enfoca também a discussão proposta por parte dos representantes políticos e também da divulgação do TSE, enfatizando a idéia de que estes foram responsáveis pela polarização dos meios de comunicação sobre o assunto, indo contra a proposta esclarecedora deste instrumento de cidadania.

O capítulo seguinte trata da compreensão do Referendo como um instrumento de cidadania e mostra como houve uma apropriação do que se diz ser “verdade” por parte da imprensa, em relação à violência urbana no Brasil.

Para mostrar como a imprensa nacional apresentou-se de forma não isenta ao tema em questão, o capítulo quatro fala da compreensão das técnicas de produção de notícia, definidas: no livro de Teoria da Comunicação de Mauro Wolf, ensaios de Hohlfeldt e da pesquisa acadêmica de Mauro Porto.

Por fim, o último capítulo foi destinado a Análise do Conteúdo das revistas **Veja** e **Época** baseada no manual de 1997, criado por Laurence Bardin. O método usado foi o de categorias, determinando assim, os núcleos de sentido do texto estudado. Dessa forma, pôde-se avaliar a quantidade e a freqüência de expressões favoráveis e desfavoráveis nas publicações sobre o posicionamento delas quanto ao Referendo. E ainda, aplicou-se também o cálculo de palavras-chave que auxiliou na avaliação quantitativa do material apresentado nas revistas.

Metodologia

Este estudo utilizou ferramentas da Análise de Conteúdo (AC), que pode ser definida como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações". (BARDIN, 1977, p. 27). Para isso, buscou-se nas teorias da comunicação subsídios para avaliar a maneira de se produzir notícias e para compreender o formato apresentado nas revistas **Veja** e **Época** do mês de outubro de 2005.

Essa análise foi feita por uma minuciosa descrição e classificação do conteúdo apresentado nas revistas. Sendo assim, tratou-se de "verificar as hipóteses, confrontar as impressões com dados que os fizeram nascer". (KIENZ, 1973, p. 23). Seguindo essa linha de pesquisa, buscou-se aplicar o método de categorias, a mais antiga prática utilizada dentro da Análise de Conteúdo, para desmembrar o texto em unidades, classificá-las por diferenciação e reagrupá-las em acordo com os critérios previamente escolhidos, mensurando-se ainda o grau de frases favoráveis e desfavoráveis.

A técnica de categorial é definida como um sistema de categorias produzido no momento em que a análise do conteúdo decide codificar o seu material. Para Bardin, (1997, p.119), "a categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos".

As revistas analisadas são semanais e de distribuição nacional. Apesar de surgidas em contextos diferentes, hoje, apresentam uma proximidade quanto à vendagem. Ambas as revistas têm seus públicos-alvos distintos: a revista **Época** se forma majoritariamente pelo público feminino, pertencente à classe B e inserido na faixa etária dos 20 aos 29 anos, o que é considerado um perfil bastante jovem de leitor; Já a **Veja**, atua tanto na classe A quanto B, mas voltada para um público masculino na faixa de 30 a 50 anos².

A **Veja**, publicada pela Editora Abril, é a maior revista de circulação nacional, com uma tiragem média de 1,1 milhão de exemplares. A **Época**, da Editora Globo, que, em 1998, tinha uma tiragem de 170 mil exemplares a cada edição, hoje, estabilizou-se na faixa dos 550 mil exemplares. Ambas têm em comum o foco nas publicações de temas polêmicos explorando-os nas capas por meio de imagens e chamadas impactantes e, portanto, comercialmente mais atraentes.

² Esses dados foram retirados no segundo semestre do ano de 2006 por meio de uma busca no site do Instituto Verificador de Circulação. O IVC é uma empresa sem fins lucrativos e tem por objetivo proporcionar autenticidade às circulações de publicações, bem como a distribuição destas informações para as empresas associadas ao Instituto.

1 Consulta popular no Brasil

A Constituição Brasileira de 1988 prevê alguns mecanismos, como o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular de lei, em seu Art. 14, para que os cidadãos participem diretamente das decisões do país. Esse artigo dispõe da idéia de que a população possui soberania popular, ou seja, o poder supremo, que pertence à população como um todo. O modo de exercê-la é pelo sufrágio universal, isto é, por um processo de escolha em que todos os cidadãos têm direito ao voto, a partir dos 16 anos de idade.

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, como valor igual a todos, e, nos termos da lei, mediante: I- plebiscito;II-referendo;III- iniciativa popular (BRASIL. Constituição, 1988, p. 32).

A primeira consulta popular realizada no Brasil foi o referendo, este é definido como: “o direito político que têm os cidadãos de se pronunciar diretamente a respeito das questões de interesse geral”. (FERREIRA, 2000, p. 1726). Esse instrumento foi utilizado em 1963, mas sua história começou em 1961 quando o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 4, que garantiu a posse do então presidente João Goulart. A mesma medida também instituiu o parlamentarismo no País. Dois anos depois, a população foi consultada sobre a manutenção do regime parlamentarista ou do presidencialismo. Assim em janeiro de 1963, foi realizado um referendo, no qual os eleitores decidiram pelo retorno ao presidencialismo. Porém, para muitos historiadores e juristas essa consulta popular não foi um referendo, e sim, um plebiscito, pois na época, o Brasil ainda não havia consolidado seu sistema democrático.

Quarenta e dois anos depois, o Brasil organizou o segundo referendo. Previsto no Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003, o Referendo das Armas foi votado em 23 de outubro de 2005, movimentando o maior número eleitores por votação de referendo no mundo, segundo Tribunal Superior Eleitoral, contabilizando 122.042.825 votos³.

Cabia aos cidadãos brasileiros responder a seguinte pergunta: O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? Apesar da última pesquisa da Datafolha dias antes do referendo ter apontado a intenção de 57% de votos para a vitória do "Não" à proibição e "sim" com 43%, calculando uma margem de erro de dois pontos percentuais, para

³ A lei 10826/03 passou a ser conhecida como Estatuto do Desarmamento, devido a divulgação feita pela mídia, mas na verdade é uma lei ordinária que trata da comercialização de armas e munição no Brasil.

mais ou para menos, a votação do referendo foi mais expressiva para a campanha do “não”. A campanha contra o desarmamento conquistou 64% dos votos válidos contra 36% de votos pela proibição do comércio de armas e munição.

Outra consulta popular realizada no Brasil foi plebiscito. Em 1993, os cidadãos foram consultados sobre a forma de governo que deveria ser adotada no Brasil: presidencialismo, parlamentarismo ou monarquia. A vitória foi do presidencialismo, que está em vigor até hoje.

Tanto o plebiscito quanto o referendo são formas de consulta popular que, para alguns historiadores, não há a menor distinção entre eles, considerando-os, até mesmo, como expressões sinônimas. Mas segundo a Lei nº 9.709 de 18 de novembro de 1998, artigo 4, que regulamenta a consulta popular, há diferença sim. Veja:

O Plebiscito é a forma de consulta popular em que ele se manifesta sobre matéria de extrema importância antes de uma lei ser constituída. Cabe ao povo, pelo plebiscito, aprovar ou rejeitar o que lhe é submetido.

O referendo é outra forma de consulta popular sobre matéria de acentuada relevância, na qual o povo manifesta-se sobre uma lei após ela estar constituída. Assim, o cidadão apenas ratifica ou rejeita o que lhe é submetido.

Para Quintela (2005) a diferença do Plebiscito para o Referendo resume-se em: “o primeiro é convocado antes da criação ou norma. Já o referendo é convocado após a edição da norma, devendo o povo ratificá-lo ou não”.

Há também outro recurso para população participar mais incisivamente da esfera pública. O instrumento é a elaboração de projetos por iniciativa popular. Desse modo, os cidadãos brasileiros têm esse direito, mas para isso, é necessária a assinatura de 1% dos eleitores do país (cerca de 1,2 milhão), distribuídos em pelo menos cinco Estados brasileiros. Um exemplo de projeto de iniciativa popular que deu certo foi o que resultou em mudança na Lei dos Crimes Hediondos. A novelista Glória Perez encontrou neste recurso a possibilidade de alterar a pena do crime, por meio da aprovação da proposta com unanimidade na Câmara e no Senado⁴.

Entretanto, no Brasil, esses mecanismos ainda têm sido pouco utilizados. E, quando colocados em pauta pelo Congresso Nacional, são debatidos pelos meios de comunicação com ineficiência e sem clareza para com a população brasileira. Segundo o

⁴ Após o assassinato violento de sua filha e atriz da Globo, Daniela Perez, pelo colega de trabalho, Guilherme de Pádua, em dezembro de 1992 a novelista entrou com recurso de iniciativa popular.

jornalista Marcelo Beraba, editor da Folha da São Paulo, o grande problema na cobertura jornalística de um referendo é a neutralidade meramente formal dos veículos de comunicação.

A verdade é que a publicidade está brigando, os dois campos estão mistificando, há falsos argumentos para os dois lados. Na imprensa, isso se reflete com uma cobertura superficial. Sete razões para o sim e sete razões para o não, eu não vejo nisso necessariamente uma neutralidade; às vezes ao contrário, é uma abdicação de aprofundamento na discussão (BERABA, 2005).

Sabendo que uma consulta popular tem sérias implicações práticas na formação de uma sociedade, o papel da comunicação nesse processo é fundamental, pois para muitos brasileiros é através da *mass media* que se obtém a informação para conhecer e opinar sobre esse instrumento de cidadania. Como no Brasil o voto é obrigatório, os meios de comunicação produziram notícias para mais de cento e doze milhões de brasileiros⁵.

No caso do Referendo das Armas, a consulta envolveu os direitos fundamentais do cidadão, cabendo a ele estabelecer o modelo de segurança pública baseado em controle e norma para o funcionamento do comércio de armas e munição.

Mesmo que para alguns historiadores a primeira experiência de referendo no Brasil tenha acontecido no governo de João Goulart, em 1961, para o TSE este é um referendo com maior respaldo dentro da consolidação da democracia. Isso porque, este referendo, o das Armas, contou com preparo de dois anos para ser consolidado.

⁵ De acordo com Supremo Tribunal Federal o número correto é 125,9 milhões de eleitores.

2 A Política no Referendo

Entender o referendo é, sobretudo, compreendê-lo como um instrumento de exercício de cidadania. Para a jornalista Mônica Prado, é a partir desse entendimento que se percebe a diferença de um referendo e uma eleição⁶. Portanto, quando se pensa em referendar determinado assunto, este está acima da política eleitoral e dos valores e disputas que o cercam. O que se coloca em pauta num referendo são as questões éticas e morais⁷. Assim como na discussão tradicional sobre o aborto, são as questões éticas e morais que resultam na decisão de interromper a gravidez. Ou seja, debate-se o "direito à vida" contra o "direito ao corpo". No caso do referendo do desarmamento, a questão ética é a preservação da vida e a moral: não às armas (morte - vida); sim às armas (defesa – vida). A filósofa Marilena Chauí acredita que, pelo fato de estarmos inseridos na cultura da sociedade é difícil perceber a questão moral e ética de um referendo. “Frequentemente, não notamos a origem cultural dos valores éticos, do senso moral e da consciência moral, porque somos educados (cultivados) para eles e neles, como se fosse naturais ou fáticos, existentes em si e por si mesmos” (CHAUÍ, 1999, p.336).

Apesar de o Referendo das Armas ter o mesmo procedimento de votação e gasto que uma eleição política⁸, cada um deles tem finalidades distintas dentro do sistema democrático. Nas campanhas eleitorais, a organização tem por objetivo despertar o instinto e as emoções do povo, fazendo com que eles participem de debates e propostas sugeridos pelos candidatos para fazerem sua escolha. Assim, os cidadãos acompanham por meio de comícios e propaganda política e noticiários, a vida íntima de cada um dos candidatos para decidir seu voto. No referendo, não deve haver a idéia do povo parasita, desmobilizado, separados do espaço público, à espera dos argumentos pré-estabelecidos pelos seus representantes, porque este tem como máxima premissa a construção da cidadania, assim como afirma Alexandrina (2005), “a cidadania é, pois participação ativa nos assuntos da Cidade. É o fato de não ser meramente governado, mas também governante”. Os representantes do povo devem exercer esse instrumento de modo a esclarecer o assunto e promover um debate profundo sobre essas questões, não cabe a ele, disputar a visibilidade na mídia e dentro do Congresso Nacional para atrair a atenção da população ou fazer desta consulta popular sua promoção social.

⁶ Ver apêndice A

⁷ O campo ético, para Marilena Chauí, é constituído por dois pólos internamente relacionados: o agente ou sujeito moral e valores morais ou virtudes éticas.

⁸ O referendo custou o mesmo valor que uma eleição, R\$500 mil

No caso do Referendo das Armas, a maneira pela qual foi conduzida a campanha educativa proposta pelo TSE mostrou como o Poder Público não soube posicionar-se sem valorizar os interesses partidários, desencadeando também, na mídia nacional, uma disputa ideológica do referendo. O que, por sua vez, evidencia a falta de debate para se discutir e aprimorar as formas de cobertura desse tipo de evento, além da pouca experiência do país na realização de consultas populares.

Em entrevista a Revista **Caros Amigos** do dia 15 de outubro de 2005, o deputado Alberto Fraga salienta uma disputa política ao responder sobre o dinheiro gasto na campanha do Referendo. Ao invés de apresentar esclarecimentos, o parlamentar ataca a ao presidente Lula.

Durante muito tempo fomos acusados, dez a doze deputados, de receber dinheiro da indústria bélica. Recebemos mesmo doações eleitorais e declaramos em nossas prestações de contas. Inclusive, não pode ser esquecido que o presidente Lula recebeu 100.000 reais foi que mais recebeu. Eu recebi 40.000. (AMARAL, 2005, p.26)

A participação da classe artística e de políticos persuadindo o eleitorado também mostra como foi equivocada a maneira de fazer uma campanha educativa neste Referendo. No caso dos artistas, o apoio se deu de forma voluntária, sem a cobrança de cachês, entretanto, eles fizeram seus posicionamentos conscientes de que sua figura pública tem peso para convencer os eleitores. A campanha proposta pelo TSE deveria ter sido feita com o máximo de isenção e a maior disseminação de conteúdo informativo, pois esta, não se trata de uma vitória ou perda política, mas sim, do comprometimento dos representantes do povo em formularem políticas de segurança pública diante desta votação. No entanto, as Frentes Parlamentares optaram por desenvolver uma campanha aliada ao *marketing* político, ou seja, no mesmo formato de uma campanha eleitoral, explorando argumentos apelativos em vez de informativos.

No entanto, esperava-se que, ao menos nos meios de comunicação pública, acontecesse essa isenção, visto que estes são geralmente as fontes dos demais veículos de comunicação do país. Mas, como mostra uma pesquisa acadêmica feita por estudantes do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), as matérias veiculadas nos *sites* da Câmara e do Senado do Congresso Nacional, apresentaram notícias tendenciosas favoravelmente ao desarmamento da população brasileira.

Este trabalho foi de extrema relevância para o entendimento da relação entre Governo e os cidadãos [...] o material informativo disponibilizado era tendencioso e dentro daquele canal, desequilibrava a disputa das frentes pelo

voto da população [...] uma condição fundamental é a construção de um espaço público onde esses direitos poderiam se afirmar, e os sites pesquisados são parte da construção desse espaço público (CARDIA;PIRES,2005,f.83).

Além da pesquisa dos estudantes, a Assessoria Jurídica juntamente à Comunicação da Frente Parlamentar de Legítima Defesa encaminhou à Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal uma auditoria de imagem do site oficial do Senado Federal, alegando que o site favorecia a votação pelo “sim” no que se referiam as publicações sobre o referendo do desarmamento. No site, é possível encontrar 19 matérias da Rádio Senado, dessas matérias, 8 favorecem o voto SIM no referendo, 1 favorece ao voto NÃO e 10 são matérias em que há registros sobre o referendo e instruções do TSE (AUDITORIA DE IMAGEM, 2005). Em nota de esclarecimento, a Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal determinou a exclusão do site na tarde de 3 de outubro de 2005⁹.

A atitude da Secretaria resulta na confirmação da auditoria. Ou seja, a maneira de se informar foi realmente tendenciosa, mas mais do isso, a resposta em retirar o *site* do ar condena duplamente essa administração dos meios de comunicação pública em que preferiu a ausência de informação ao reparo da divulgação do referendo de modo mais democrático. Assim a “politicagem nacional” foi tomando conta da consulta popular.

Dentro da politização do referendo, a situação mais agravante para desviar o foco de discussão deste tema foi a espetacularização da mídia sobre a grave crise política instaurada no início do ano de 2005. A mídia nacional se voltou para as denúncias do pagamento de propina a partidos políticos para votarem contra ou a favor de alguns projetos de Lei do Governo. A crise foi iniciada por uma matéria de capa da **Veja** sobre as propinas nos Correios, associada por duas entrevistas ao jornal Folha de São Paulo do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sobre o esquema do "mensalão", no qual alguns parlamentares supostamente recebiam dinheiro do Governo Lula para votar contra ou à favor dos projetos de Lei. Segundo Dines (2005), a crise tomaria atenção da mídia, pois diante dela se possibilitaria grandes mudanças políticas. O que para o processo de construção da democracia poderia resultar em melhor direcionamento para as consultas populares. “Estas cinco matérias, mesmo que sejam as últimas da série, já produziram um dos maiores abalos políticos desde 1945 e, pela repercussão, devem provocar profundas mudanças nos usos e costumes políticos do país”.

⁹ Ver Anexo B

Mas não foi o ocorrido, e assim, a construção do Referendo das Armas para população brasileira foi feita sem um envolvimento com a cultura política democrática, colocando muitas vezes em dúvida os próprios valores democráticos. Desse modo, o Referendo consolidou-se uma disputa de “quem” e “do que” seria o bem e o mal.

Nós não estamos diante do bem e do mal, no caso do sim e do não, à maneira como freqüentemente aparece. O referendo não vai resolver essa complexidade e a imprensa não está conseguindo enfrentar isso, exatamente porque há uma predisposição de achar que há o bem e o mal. Então é muito difícil discutir de uma maneira isenta, e isento, na minha opinião, é levar o não em consideração."(BERABA, 2005).

Desse modo, a campanha do Referendo das Armas se resumiu à guerra por audiência, descartando a possibilidade de esclarecimento sobre o assunto para que a população pudesse escolher se voto.

3 Da campanha publicitária à jornalística

A campanha publicitária do Referendo das Armas nas TVs e rádios começou de forma marcante no dia primeiro de outubro de 2005. Cada emissora de rádio e televisão teve de 30 segundos de inserção distribuídas ao longo da programação e do horário eleitoral de nove minutos, que foi ao ar em dois horários: às 13h e às 20h30 prevista no Estatuto do Desarmamento. A lei diz que as emissoras de rádio e televisão não podem tomar partido com relação à questão do Referendo, nem dar tratamento privilegiado a qualquer um dos grupos.

Foram vinte dias de campanha no rádio e na TV, sendo vinte e quatro o número de propagandas exibidas. Nas peças publicitárias da campanha do “sim”, o tema foi tratado com enfoque na emoção, retratado pela classe artística, narrando histórias comoventes dos personagens vítimas da violência por arma de fogo. Já campanha do “não”, trabalhou com fortes argumentos sobre a ineficiência do poder público em combater o crime organizado. Ambas campanhas contaram com a habilidade do *marketing* do político para percorrer campos do imaginário da violência na sociedade. Se a comunicação da Frente Parlamentar pelo Brasil sem Armas teve apoio da grande mídia para difundir suas idéias, a Frente do Parlamentar Pelo Direito a Legítima Defesa contou com a habilidade de sua assessoria de comunicação para chegar até o eleitor por meio das conversas interpessoais.

Se você me perguntar por que o “não” venceu, a resposta é simples, porque investimos nessas conversas interpessoais. Essa foi uma estratégia de comunicação que optamos baseado em uma pesquisa de opinião feita pelo IBOPE, que mostrava as fontes de informação que são levadas em conta para definir o voto. Essa pesquisa revela que as conversas com pessoas da família determinam 32% para determinar o voto, enquanto a propaganda no rádio e na TV 31%. Por isso, percebemos que havia uma chance frente para reverter atuação da TV Globo. Os maketeiros chamam esse método de marketing viral, mas para nós da comunicação chamamos de marketing de relacionamento. Funciona assim, eu envio um e-mail para você apresentando minhas idéias, aí você diz como está se posicionando, dessa forma, vamos trocando e-mails, nisso, eu sei que você tem mais dez amigos, e aí eu vou passando informação por essas relações. No caso do Referendo, a TV Globo, a revista Época, os jornais, os telejornais, em fim, esses meios de comunicação agendaram o referendo, mas foi por meio das conversas interpessoais que conquistamos a confiança do eleitorado (PRADO, 2005, Apêndice A)

Mas o que não se esperava dos noticiários e da mídia impressa era a repercussão desta campanha publicitária de forma tão opinativa. Tendo uma clara parcialidade

na apresentação dos argumentos, o que Alberto Dinez chamou de “imprensa panfletária”, em seu artigo, “Não ao desarmamento, Sim ao facciosismo”.

A matéria de capa da *Veja* (nº 1925, 5/10/2005, págs.78-86), sob o título geral "7 razões para votar não", é um clássico do jornalismo panfletário, capaz de convencer alguns indecisos por algum tempo e confundir outros para sempre. Para começar: a matéria é prepotente e precipitada. Deliberadamente facciosa, sequer tenta uma isenção formal. Neste início da temporada de debates sobre o referendo das armas, com ainda três edições antes do 23 de outubro, ao invés de ensaiar uma progressiva troca de idéias capaz de suscitar o contraditório e algum esclarecimento antes de se acionar a urna, a revista berra para o leitor – "Cala boca, você não sabe nada (DINES, 2005).

Uma das poucas mídias que retratou as questões sociais deste Referendo com profundidade foi a revista **Carta Capital** do dia 19 de outubro de 2005. A matéria, com oito páginas, abordou de maneira clara o tema de violência urbana no contexto da miséria, que assola mais de 40% da população de baixa-renda no país.

O referendo pode ter as melhores intenções, mas está longe de roçar o fundo da questão. A violência urbana deita raízes na miséria e na desigualdade social brasileira. As campanhas em torno do referendo parecem esquecer que o Brasil é vice-campeão mundial em má distribuição de renda, atrás apenas da Serra Leoa. (ATHAYDE, 2005, p.26).

O modo como a violência foi ressaltada pelos meios de comunicação também foi um instrumento de persuasão para votação deste Referendo. A historiadora Zaluar acredita que o reflexo de matérias enfatizando a violência é resultado da ausência do monopólio legítimo do uso da violência pelo Estado, gerando medo e assimilação violência com pobreza social.

O medo pode ser exagerado ou manipulado situacionalmente. Contudo, o estado brasileiro nunca cumpriu nem mediante a principal função de todo Estado: dar segurança a seus cidadãos, um direito muito valorizado por todos, sem importar a escolha sexual, a religião, a cor da pele, o gênero, o nível de renda, escolaridade, etc...(ZALUAR, 2004, p.30)

Diante de uma reportagem feita pela Agencia Estado, intitulada “Pergunta do referendo confunde eleitores”, foi possível perceber com a população estava pouco informada sobre este Referendo. A matéria mostrou que das 100 pessoas entrevistadas na grande São Paulo 29% delas se confundiram na resposta a pergunta. No texto, o sociólogo Gustavo Venturi, atribuiu a má construção da pergunta aos formuladores, alegando eles desconsideraram a negação matemática, mas alerta que para isso o papel dos meios de comunicação é importante no Referendo. "É como em matemática: menos com menos dá

mais. A confusão, nesse caso, acontece porque não com não dá sim. Mas a mídia tem o papel de esclarecer isso”.

Um bom exemplo da manipulação de dados, intencional ou não, é a edição da revista **Veja**, veiculada no dia 5 de outubro de 2005, contribuiu ainda mais para essa confusão. Na capa, a urna eletrônica apresentada errou a numeração ao retratar o “Sim” sendo o número 1 quando na verdade ele é número 2¹⁰.

Além disso, o tratamento dado pela mídia aos interesses da indústria bélica nacional foi pouco expressivo. Ao contrário, a imprensa nacional enfocou a discussão do referendo no comércio ilegal. A revista Caros Amigos, 13 outubro de 2005 foi uma das únicas revistas que retratou a participação da indústria bélica nesse contexto. A matéria feita pelo jornalista Paulo Fontes, mostra a forte relação entre os parlamentares e as cinco empresas que formam a indústria bélica do Brasil: a Forjas Taurus, Imbel, CBC, ER Amantino e Amadeo Rossi. O conteúdo da matéria relembra aos leitores sobre o caso de irregularidades constatadas pelo TSE na contabilidade das campanhas de 2002 dos membros da Comissão de Segurança Pública. Dos doze deputados eleitos naquele ano, oito faziam parte da Frente Parlamentar de Legítima Defesa.

A indústria bélica doou 1 milhão de reais para eleger essa bancada no Congresso, doze deputados federais, nove deles membros da ‘bancada da bala’, assim apelidada pela fidelidade aos interesses dos fabricantes de armas e munição. Derrotado no Congresso que aprovou a realização do referendo (AMARAL, 2005, p.26).

Ao contrário, a mídia brasileira optou por incitar um debate de caráter emocional em detrimento do informativo. Mesmo sabendo que a votação do Referendo traria sérias implicações para a sociedade brasileira, a participação dos meios de comunicação resumiu-se na tentativa apelativa de informar por meio do convencimento, evidenciando assim, a primeira tese de compartilhamento dos meios de comunicação com os interesses políticos e não públicos de cobertura dessa campanha. Para Wolf (2005, p.201), “o valor de uma notícia deve respeitar alguns critérios para que não haja a distorção, fragmentação, dificuldade de argumentar e tratar de modo aprofundado e coerente com os temas apresentados”.

Quanto ao formato da notícia divulgada, os meios de comunicação de massa ainda trataram o assunto do referendo com uso demasiado de comparações com países que adotaram a proibição da venda de armas. Desconsiderando assim nas comparações o contexto social brasileiro. Ao mostrar o caso da Austrália, onde a decisão do desarmamento partiu dos

¹⁰ Ver Anexo F

parlamentares, mas foi imposta por uma forte pressão popular, a mídia não levou em conta que no Brasil a participação popular foi pouco expressiva. Desse modo, a comparação feita pelos meios de comunicação de massa se valeu para fortalecer o discurso opinativo dos veículos, desconsiderando assim, o contexto social, como o da desigualdade social e má distribuição renda e, sobretudo, o cenário de violência urbana nas periferias dos grandes centros urbanos.

4 Técnicas de produção de notícia

As notícias apresentadas pelos diversos veículos de comunicação têm um papel maior do que simplesmente manter as pessoas atualizadas sobre o universo de acontecimentos. A mídia desempenha um poder sobre a sociedade, mas esta, também contribui para formar os discursos produzidos pela imprensa. “A mídia alimenta-se do mundo que é alimentado pela mídia; o imaginário move os homens que inventam os imaginários; o espírito do tempo dinamiza o tempo do espírito” (WOLF apud MORIN, 2003, p.188).

Dentro do processo de se fazer notícia, Wolf (2003) define a noticiabilidade como uma associação de valores das notícias.

A noticiabilidade é um conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias, podemos definir os valores/notícias (*news values*) como um componente de noticiabilidade. Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? (WOLF apud MORIN, 2001, p. 195).

Dessa forma, a notícia se caracteriza como o produto do jornalismo que busca no cotidiano informar as pessoas sobre os assuntos selecionados por ela mais importantes, ou seja, valorando-se pela maior factualidade do acontecimento. As notícias devem ser feitas de modo que os jornalistas, profissionais que a produzem, considerem os interesses públicos, respeitando alguns critérios, como o de restituir a informação o seu aspecto de espelho do que acontece na realidade exterior, independentemente do órgão informativo ao qual pertencem. Para isso, é preciso a descontextualização dos fatos e recontextualização destes mesmos fatos dentro de um formato do noticiário, respeitando a maneira de comunicar um fato.

A fragmentação dos conteúdos e da imagem da realidade social situa-se, exatamente, entre esses dois movimentos: por um lado, a extração dos acontecimentos do seu contexto; por outro, a reinserção dos acontecimentos noticiáveis no contexto constituído pela confecção, pelo formato do produto informativo. (WOLF, 2001, p. 244)

Para seleccionar o que será noticiado, os meios de comunicação deparam-se com o processo de rotinização e de standardização das práticas produzidas. Assim, enfatiza a notícia como produto, mas levando em conta como as redações se preparam para seleccioná-las.

A noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 2001, p. 190).

O aspecto mais importante da apresentação das notícias trata do entendimento do público. A forma de compreensão do público está muito ligada ao modo de clareza e simplicidade que os jornalistas apresentam os acontecimentos. Para isso, o profissional tem de pensar no tipo de notícia que é mais importante ao público e se valer da sua capacidade opinativa, sem deixar de julgar a noticiabilidade do acontecimento e reafirmar sua utilidade social nesse processo.

Os dados considerados mais significativos relacionam-se, provavelmente, com a compreensão, com a capacidade do público de fazer frente às dificuldades em compreender os termos usados nos noticiários: isso reforça, efetivamente, não só a necessidade de se ser claro e simples, mas também a imagem do pedagogo e do tutor que atribui à profissão, o que representa, portanto, uma reafirmação da sua utilidade pública (WOLF, 2001, P.246).

Uma consideração acerca da cobertura informativa é compreender o modo como os movimentos de opinião que se formam na sociedade civil em torno de problemas simples ultrapassam as divisões dentro do campo da comunicação para determinar o que será notícia.

Tais movimentos começam a constituir a notícia, a ultrapassar o limiar da noticiabilidade, quando se considera que se tornaram suficientemente significativos e relevantes para irem ao encontro do interesse do público ou quando dão lugar a acontecimentos planeados de propósito para irem ao encontro das exigências dos *mass media* (WOLF, 2001, p.198).

Assim, este estudo pretende mostrar como os veículos de comunicação de massa não respeitaram o modo de se produzir notícias, desvalorizando o processo social da profissão de um jornalista, considerando assim, apenas os interesses de determinados grupos sociais e suas relações comerciais. Dando valores às notícias de acordo com a linha editorial do veículo.

4.1 Agendamento

Sabendo que as notícias são produtos e que essas se valem pela força comercial que as cercam, a mídia desempenha algumas estratégias para memorizar o conteúdo informativo que ela mesma dissemina sobre o receptor. Ou seja, dependendo dos assuntos abordados ou agendados pela mídia, o público determina a médio e longo prazo incluí-lo como parte de uma preocupação de seu cotidiano. Assim, o pesquisador Antonio Hohlfeldt acredita que a agenda da mídia de fato passa a se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social.

Deve-se levar em conta não apenas o lapso de tempo abrangido por determinada cobertura jornalística quanto, muito especialmente, o tempo decorrido entre a publicidade e a concretização de seus efeitos em termos de uma ação conseqüentemente por parte do receptor. Toma-se, por exemplo, o exemplo ainda recente da criação do Pano Real e posteriormente lançamento do ex-Ministro do Planejamento, Fernando Henrique Cardoso, como candidato à Presidência da República, com o resultado eleitoral que todos conhecem: enquanto que em maio daquele ano eleitoral Luís Inácio Lula da Silva era considerado virtual candidato preferencial, em pouco mais de cinco meses revertia-se a situação, com a vitória de Fernando Henrique, em outubro (HOHLFELDT, 2001, p. 192).

Dentro desse processo de agendamento, há também o procedimento informativo da tematização, que coloca um problema na ordem do dia de atenção do público. A sua função é destacar os grandes temas sobre a atenção do público e mobiliza-lo para tomada de decisões.

Ao analisar-se o papel dos mass media quanto ao modo como se estruturam os temas ou as controvérsias de uma campanha, durante um certo período, deve fazer-se mais do que procurar uma mera correspondência entre o tratamento de determinados temas na imprensa e a medida em que o público tem conhecimentos e está informado acerca desses temas e se mostra interessado em relação a eles. (WOLF, 2003 p.164-165)

A problemática dessa colocação dos temas para Hohlfeldt, acontece porque os meios de comunicação influem, sem resultarem em um trabalho de inclusão das necessidades dos seus receptores, deixando-os a condição de testemunhas oculares dos fatos. A importância de compreender esse processo comunicativo se faz necessário para tomar conhecimento da lógica interna de funcionamento da informação de massa, estabelecendo os critérios de relevância que a estruturam aprender sobre a lógica simbólica que exerce a

atividade de comunicação e, sobretudo, aprofundar-se nas influências cognitivas que através de intervenções complexas de todas estas variáveis, podem exercer-se sobre o indivíduo.

O curso das hipóteses do *agenda-setting* parece, pois, orientado para a articulação da sua formulação inicial para, por um lado, o aprofundar da dinâmica interna de um efeito particularmente cognitivo e cumulativo e, por outro, para a verificação mais precisa da continuidade existente entre a lógica produtiva dos aparelhos de produção e mecanismos de aquisição de conhecimento por parte dos destinatários (HOHLFELDT, 2003, p.)

O agendamento do Referendo feito pela mídia, de modo geral representada pela Rede Globo de Televisões que tem um poder de alcance sobre os brasileiros muito significativo, ressaltou a idéia de que a mídia dizia “Sim” pelo povo. Ou seja, a constante aparição de personalidades reconhecidas nacionalmente pedindo a população que vote "SIM" ao desarmamento, deu a largada da tematização do Referendo das Armas, como sendo o do Desarmamento.

Sendo assim, o agendamento no que se refere a noção de inclusão das necessidades do receptores, se deu sem uma profunda reflexão sobre o tema, enfatizando mais a persuasão do que o esclarecimento. Outra hipótese neste caso pode ser explicada porque os meios de comunicação tiveram que ceder espaço para uma profunda crise política que se instaurou no ano de 2005. Apesar de o Referendo ter um propósito bem diferente dos escândalos políticos, não houve uma separação do que seria um e outro na esfera política. E principalmente, na divulgação feita pelos meios de comunicação.

4.2 Enquadramento

Os psicólogos israelenses Daniel Kahneman e Amos Tversky foram os primeiros pesquisadores a trabalhar com o conceito de enquadramento, definindo o enquadramento como mudanças na abordagem de diversos assuntos. Por meio de uma pesquisa de opinião, eles mostraram como uma informação de dois assuntos diferentes pode ser abordada pela mesma ótica. A análise mostra uma epidemia que mataria 600 pessoas. A metade do grupo apresentou uma proposta de combate à doença como capaz de salvar 200 dessas pessoas. Para a outra parte, a mesma proposta foi apresentada, no entanto, salientando o fato de que 400 delas morreriam. A primeira proposta foi escolhida por 72% das pessoas do grupo A e segunda 22% do grupo B. O experimento demonstra que, apesar dos problemas serem idênticos, as pessoas costumam decidir de acordo com a forma dos temas são enquadrados.

O enquadramento está associado à forma de seleção da notícia, o enfoque dado à informação que será transmitida. O conceito foi definido na comunicação pela socióloga Gaye Tuchman como sendo as notícias “uma forma de enquadramento que define e constrói a realidade.” (TUCHMAN apud PORTO, 2002, p. 5). Em estudos desenvolvidos após a definição do conceito por Tuchman, o pesquisador Tood Gitlin afirmou que:

Os enquadramentos da mídia organizam o mundo tanto para os jornalistas que escreveram relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorreremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN apud PORTO, 2002, p. 6).

O clássico livro “Public Opinion” (1922) de Walter Lippman é considerado o estudo mais importante dentro da teoria do enquadramento. Lippman observou que, dentro da construção da realidade, as notícias são os estereótipos que normalmente envolvem uma simplificação e um valor negativo, os quais influenciam a visão do mundo. Um livro ou um quadro tem uma apresentação que faz com que vejamos de determinada forma determinada coisa. “As mais sutis e penetrantes de todas as influências são as que criam e mantêm o repertório dos estereótipos. Dizem-nos tudo sobre o mundo antes que o vejamos. Imaginamos a maioria das coisas antes de experimentá-las.” (LIPPMAN apud PORTO, 2002, p. 8)

O estudo do enquadramento dado às notícias pretende descobrir os efeitos que causam na imprensa e, principalmente, os seus efeitos no público. Em seu artigo “Enquadramentos da Mídia e Política”, o professor e pesquisador Mauro Porto destaca que:

O conceito de enquadramento tem recebido uma atenção crescente nas análises de conteúdo desenvolvidas por pesquisadores brasileiros. Todavia, a pesquisa no país sobre os efeitos destes enquadramentos na audiência ainda está em seus primórdios. Poucos trabalhos incluem pesquisas empíricas sobre os efeitos do enquadramento da mídia na formação das preferências políticas do público. Mas aqui também já se registram avanços (PORTO, 2002, p. 13).

No caso deste Referendo, a análise das revistas contou com o recurso do enquadramento nas matérias dos dias 3 e 5 de outubro de 2005 para mostrar o efeito persuasivo do conteúdo das mensagens. O grau de atuação desta foi tão incisivo nas publicações, que foi capaz de anular uma reportagem com gênero informativo, dando ênfase à notícia objetiva, à informação pura, imparcial e direta, para transformá-la em um texto opinativo, refletindo a visão do veículo. Ou seja, muda-se o caráter de uma matéria informativa para formatá-la em artigo.

5 Análise de conteúdo das revistas

Este trabalho utilizou o método de Análise de Conteúdo baseado no manual de 1997 criado por Laurence Bardin. A aplicação deste recurso aprofundou-se na investigação técnica, sistemática e quantitativa do conteúdo das matérias das revistas **Veja** e **Época** no mês de outubro, que trataram do assunto do Referendo das Armas. Para esta análise considerou-se o tipo de análise categorial, também chamada de métodos das categorias. Segundo Bardin (1997, p.22) pode ser definida como: “a classificação segundo a frequência de presença ou de ausência dos itens de sentido”.

Dentro da análise categorial foi feita uma análise temática, para descobrir os núcleos de sentido, que compunham o objetivo desta informação. Dessa forma, foram selecionadas as unidades de codificação, ou seja, as frases, as palavras e expressões de relevância ao assunto em questão. A avaliação do material se deu pelos temas favoráveis ou positivos e temas desfavoráveis ou negativos. Assim, a primeira categoria tratou de evidenciar em um campo mais abrangente da análise, destacando as expressões favoráveis e desfavoráveis ao desarmamento da população civil nas publicações do dia 3 e 5 de outubro das revistas **Época** e **Veja** respectivamente. Esse item trabalha com uma idéia mais ampla sobre o posicionamento nas matérias.

A segunda classificação foi estabelecida pelo enfoque dado ao tema comparativo da proposta de desarmamento no Brasil com os exemplos de países estrangeiros, que adotam políticas de controle de armas. Assim, utilizou-se o recurso do cálculo da centimetragem linear para mensurar o espaço concedido a cada argumento veiculado nestas publicações. Esta classificação é um instrumento regularmente adotado no planejamento de *marketing* para contabilizar o espaço concedido ou conquistado na divulgação dos assuntos de interesse da empresa nas páginas dos veículos de mídia impressa. O padrão usado baseia-se na classificação de um jornal tamanho *Standard* (54 cm X 33,5 cm), por ser o mais comum, estipulando-se ainda o formato mais tradicionalmente compreendido que é de cinco colunas de 54 cm de comprimento por 6,5 cm de largura, o que totaliza 270 cm por página. Para este estudo, valer ressaltar que adequou-se o mesmo padrão às páginas de duas revistas, cujas medidas são muito próximas a de um papel Carta (27,94 cm X 21,59 cm), e portanto, com um espaço equivalente à três colunas de 27 cm de comprimento e 6,5 cm de largura, totalizando 81 cm por página.

No item “Comércio Ilegal” destacou-se a freqüência da palavra-chave: bandido e seus sinônimos, tais como: criminosos, assaltantes, contrabandistas clandestinos, traficantes, marginais entre outros...para demonstrar como ocorreu a valorização deste tema nas publicações, indo na corrente oposta para compreensão da formulação da pergunta do referendo, ou seja, o assunto em votação era sobre o comércio legal de armas de fogo e munição no Brasil.

5.1 Posicionamento quanto ao Referendo

O mês de outubro de 2005 foi decisivo para votação do Referendo das Armas. Isso porque, pelas pesquisas de opinião, havia uma clara tendência do posicionamento da maioria da população brasileira para a escolha pelo desarmamento da população civil. Na última pesquisa divulgada pelo Sensus, a receptividade da população brasileira a proibição de armas era de 82%. Ao longo do mês de outubro, as revistas **Veja** e **Época** deram destaque sobre o assunto em quatro matérias sobre o Referendo das Armas, de modo que, expressão da polaridade entre as revistas ficam expressas logo nas matérias do início do mês. No entanto, as maiores críticas feitas pelos analistas da imprensa nacional voltaram-se para o modo opinativo na qual a revista **Veja** noticiou o Referendo. Mas nesta avaliação esse posicionamento e enquadramento das matérias mostram que não era exclusividade da **Veja**. A revista **Época** também usou destes recursos conforme a avaliação abaixo.

5.1.1 Capas

Na capa da revista do dia 3 de outubro de 2005, a chamada "O que pode mudar em sua vida com o plebiscito do dia 23", evidencia uma posicionamento diante da possível mudança caso houvesse a vitória do "sim". Em parte porque a campanha do "sim" tinha no início apoio significativo da população brasileira e também das Organizações Globo de Televisão e também pela garantia da aprovação do Estatuto do Desarmamento em 2003 por unanimidade no Congresso Nacional. Assim, de modo discreto, a revista **Época** propõe ao leitor pela chamada de capa um esclarecimento quanto a armas no processo do desarmamento, “Armas, entenda antes de votar”. Mas o enquadramento desta matéria mostra o contrário, ou seja, as imagens e as cores escolhidas para essa capa ressaltam a idéia de um posicionamento claro a favor da proibição de armas. Ao centro da página há uma arma de cor preto cano

curto, uma das mais comercializadas, coberta pela cor vermelha, que dá idéia do sangue¹¹. Essa composição mostra como a revista enquadró a questão do uso de armas, de modo, a ser perigoso e fatal. Essa posição fica mais clara quando analisamos o conteúdo da matéria.

Os números sobre o arsenal brasileiro podem ser falhos, mas os dramas causados por ele são reais.[...] casos como o do policial Evandro Luís Lourenço, do Rio de Janeiro, para qual nem a arma nem treinamento garantiram a vida. (MARTINS;PEREIRA;CLEMENTE, 2005, p.70)

Já revista **Veja** apostou em um posicionamento mais explícito à respeito votação pelo “não” no Referendo. Na capa do dia 5 de outubro de 2005, a imagem de um homem caracterizado como pacifista, com óculos, vestindo uma camisa xadrez, com as mãos cruzadas simbolizando a paz, cercado de armas por todos os lados, estas armas são rifles geralmente apreendidos pela polícia no contrabando, dá uma idéia utópica da noção de paz. Esta imagem apoiada pela chamada “Sete razões para votar Não” confirma ainda mais o posicionamento da revista. É possível compreender melhor idéia que a revista que passar ao leitor na medida em que analisamos o conteúdo das matérias.

Com uma possível vitória do SIM não terá efeito positivo algum – ao contrário, vai ajudar a aumentar ainda mais o poder de fogo dos bandidos, as pessoas vão se sentir culpadas pelos crimes que continuarão acontecendo (KLINTOWITZ, 2005, p. 78).

5.1.2 A proibição do comércio de armas e munição no Brasil

Esta categoria propõe mostrar o enfoque dado às matérias ressaltando o posicionamento das revistas **Veja** e **Época** quanto à proibição da comercialização de armas de fogo. Essa avaliação foi feita a partir das expressões favoráveis e desfavoráveis ao desarmamento tem uma ampla visão do material noticioso dessas revistas.

Expressões favoráveis

ÉPOCA – 3 de outubro de 2005

...hoje o Brasil é campeão Incontestante em número de assassinatos à bala.
...a medida...pretende reduzir o número de armas legais para elas não acabem nas mãos de criminosos.
...Na Austrália, que adotou essa política na década passada, os homicídios à bala caíram pela metade num espaço de cinco anos.
A maioria de revólveres e pistolas usados pelos bandidos é roubada do cidadão comum
...30% das armas haviam sido compradas por cidadão de “bem”
Um estoque que invariavelmente vai parar nas mãos dos bandidos
Os números sobre o arsenal brasileiro podem ser falhos, mas os dramas causados por ele são reais.

¹¹ Ver anexo 1

...o risco de morrer é 180 vezes maior quando o indivíduo reage
A experiência do desarmamento voluntário, iniciada em julho de 2004, fortaleceu a guerra contra o comércio de armas
Reversão inédita na escalada de mortes por armas de fogo
...diminuição contribui ao menos em parte
... são em média 40 mil assassinatos por ano, suficiente para igualar, a cada ano e meio, o total de americanos que perderam a vida no Vietnã
Nações onde o comércio de armas é proibido há tempos a lei é cumprida a rigor
Na Inglaterra, a cifra do ano passado foi 68 – o equivalente a uma semana de violência no Rio
Diego Quadros [...], ainda passa por cirurgias para retirar estilhaços do tiro acidental disparado quando ele tinha três anos
Mas deve-se observar que, mesmo a chance de defesa fosse significativa (e não é)
Boa parte dos crimes de conflito interpessoal é cometido por cidadãos comuns
A arma torna a violência letal
Lott foi flagrado num dos maiores casos de fraudes acadêmicas por manipular dados para provar que a população armada se protegia melhor
A presença de uma arma em casa aumenta em 11 vezes as chances de suicídios
A última pesquisa divulgada pelo Sensus mostrava a receptividade de 82% da população ao “sim”

Total: 21

VEJA – 5 de outubro de 2005

Total: 0

Expressões desfavoráveis

ÉPOCA – 3 de outubro de 2005

Total: 0

VEJA – 5 de outubro de 2005

... a pergunta que será feita no referendo das armas é um disparate. Ela ilude o eleitor
...É uma trapaça, pois, mesmo que o SIM vença por larga margem, “ o comércio de armas de fogo e munição no Brasil vai continuar sendo exercido com todo ímpeto pelo contrabando
...Certos como os impostos e a morte, os vendedores ilegais de armas continuarão alimentando o arsenal dos bandidos...
...Erro estrutural do referendo das armas a ser proposto no Brasil
...a pergunta “ o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?” esconde uma enorme complexidade.
Como se viu, reduz um problema social grave ao que parece ser apenas uma disputa entre pessoas de índole pacífica
O que torna o referendo das armas um erro em sua essência é justamente fazer boa-fé dos brasileiros que sofrem com o banditismo
...Como uma possível vitória do SIM não terá efeito positivo algum – ao contrário, vai ajudar a aumentar ainda mais o poder de fogo dos bandidos
As pessoas vão se sentir culpadas pelos crimes que continuarão acontecendo
A idéia de um planeta sem armas é uma deliciosa utopia
...o desastre é que o referendo do dia 26 será uma passo na direção dessa utopia

... Se vencer o SIM ele apenas vai desequilibrar ainda mais o balanço de forças entre as pessoas comuns e os bandidos – a favor dos bandidos
Os bandidos vão continuar fortalecendo seu arsenal no mercado negro
A Justiça condena poucos criminosos
Cria um problema falso (o excesso de armas no Brasil) e uma solução enganosa (acabar com as armas legalizadas)
Em lugar de enfrentar o problema finge que não existe
O próprio nome da campanha - pelo desarmamento- é enganoso.
O título tem apelo popular, mas não traduz o que está sendo proposto
É contra essas pessoas que está sendo brandido o referendo
Suíça onde a venda de armas é livre [...] tem menores taxas internacionais de criminalidade
Cidadão honesto que quer ter uma arma é obrigado a recorrer à ilegalidade
A Austrália baniu modelos automáticos e semi-automáticos, mas o número de homicídios manteve-se inalterado
Na Inglaterra desde o banimento das armas, os crimes de morte aumentaram 25% e as invasões à residência em torno de 40%
A culpa pelos altos índices de criminalidade e de homicídios não é da arma, mas de quem a tem em mãos
Revólveres não transformam cidadãos em assassinos
O Rio Grande do Sul é um exemplo [...] tem a população mas armada do país e possui uma das menores taxas de homicídio
A Suíça é um dos países mais armados do mundo [...] as ocorrências de crime por arma de fogo são tão baixas que nem sequer têm valor estatístico
Nas zonas rurais brasileiras, longe dos pontos policiais, serve para sitiantes e fazendeiros defenderem suas propriedades
As armas, assim como as bebidas alcoólicas ou automóveis, não causam estragos por conta própria
A história mostra que restringir o acesso da população é uma das primeiras medidas de um regime totalitário
A polícia brasileira é incapaz de garantir a segurança dos cidadãos
Em países como o Brasil, em que a impunidade de criminosos, ineficácia das leis e a violência urbana já fazem parte do imaginário nacional, é natural que a confiança dos cidadãos no Estado desapareça.
A desconfiança dos cidadãos tem respaldo nas estatísticas
A proibição vai alimentar o já fulgurante comércio ilegal de armas
Bandidos não compram armas em lojas
A proibição do comércio de armas de fogo não vai pôr fim ao mercado de armas e munições
A medida além de contribuir para o crescimento do mercado clandestino, pode colocar o cidadão de bem em situação irregular.
A proibição do comércio legal de armas terá como consequência inevitável a ampliação do tráfico ilegal
Obviamente, os criminosos não vão obedecer à proibição do comércio de armas.
A premissa é duplamente falsa: primeiro porque o contrabando dará um jeito de atender à demanda por armas, em especial a dos bandidos. Segundo porque mesmo que armas disponíveis diminuíssem, isso não seria suficiente para reduzir a criminalidade.

Total: 40

A revista **Época** trata as mensagens sobre o Referendo na matéria sugerindo uma certa isenção quanto ao posicionamento nesta votação, no entanto, o que se percebe é logo no primeiro parágrafo o indício de qual posição ela defende.

No dia 23, os brasileiros vão as urnas para decidir se proibem ou não o comércio de armas de fogo e munição no país – campeão mundial Incontest

em número de assassinatos à bala. (MARTINS; PEREIRA; CLEMENTE; 2005, p. 69)

O posicionamento favorável da matéria ao desarmamento vai sendo construído a cada parágrafo. No primeiro é trabalhado a idéia de que a experiência de desarmamento em outros países deu certo em pouco tempo.

A medida, já adotada por países como Austrália, Japão e Reino Unido, pretende reduzir o número de armas legais em circulação para evitar que elas acabem nas mãos de criminosos. Na Austrália, que adotou essa política na década passada, os homicídios à bala caíram pela metade num curto espaço de cinco anos. (MARTINS;PEREIRA;CLEMENTE, 2005, p.70)

Outra característica do conteúdo apresentado é maneira pela qual a **Época** trata sobre a questão da redução da criminalidade diante do desarmamento. Na matéria, o autor sugere que com a diminuição do número de armas em circulação no país, conseqüentemente, haverá uma redução de armas de fogo nas mãos dos bandidos, gerando assim uma baixa na criminalidade. Esse será o principal enfoque opinativo nesta publicação, que irá se repetir ao longo da leitura do texto, como mostra os recortes abaixo.

O mercado paralelo é hoje o grande fornecedor da criminalidade, mas a maioria dos revólveres e pistolas usados pelos bandidos é roubada dos cidadãos comuns. (MARTINS;PEREIRA;CLEMENTE, 2005, p.70)

No Estado de São Paulo, durante a década de 90, a média de armas de fogo que saíram das mãos dos donos - roubadas, furtadas ou “desaparecidas” – foi de 14.306 por ano. É um estoque que invariavelmente vai para mãos de bandidos. (MARTINS;PEREIRA;CLEMENTE, 2005, p.70)

Os críticos do desarmamento argumentam que a entrega de armas não seria o único motivo para essa redução. É verdade. Nesse mesmo período, ONGs fizeram trabalhos com população carentes e a polícia recebeu equipamentos novos. Mas todos concordam que a diminuição do arsenal contribui ao menos em parte. (MARTINS;PEREIRA;CLEMENTE, 2005, p.71)

Com um saldo de 350 mil revólveres, pistolas, espingardas, e até garruchas entregues em todo o território nacional, o movimento coincidiu com uma reversão inédita na escalada de mortes por armas de fogo. (MARTINS;PEREIRA;CLEMENTE, 2005, p.71)

Já a revista **Veja** não ressalta nenhum argumento favorável ao desarmamento na edição do dia 5 de outubro de 2005, ao contrário, se posiciona claramente desfavorável à proibição do comércio por armas de fogo e munição no Brasil. O conteúdo focado na matéria é a alegação de que os bandidos serão os maiores beneficiados com o desarmamento da população civil. Isso porque, o argumento é defendido porque há uma enorme ineficiência do poder público em conter a violência nos grandes centros urbanos.

O referendo é um disparate, uma tentativa de mudar de assunto, de desviar a atenção das pessoas do mal que realmente as atormenta: o banditismo. (KLINTOWITZ, 2005, p.78)

Como é óbvio, a proibição do comércio ilegal de armas terá como consequência inevitável a ampliação do tráfico ilegal. (KLINTOWITZ, 2005, p.78)

A medida, além de alimentar o crescimento do mercado negro, pode colocar o cidadão de bem numa situação difícil. (KLINTOWITZ, 2005, p.78)

Outro tema explorado é a questão pouca expressividade do desarmamento em outros países. Segundo a revista, o desarmamento não produziu resultados esperados e em alguns lugares que dotaram esse procedimento a criminalidade até aumentou. Nesse posicionamento, a **Veja** destaca dez páginas inteiras, ilustrada com a foto da destruição de armas ocorrida no Rio de Janeiro. Na legenda da foto, ela mostra que 4 milhões destas armas estão nas mãos de criminosos brasileiros. Abaixo da foto, há um *box*¹² explicativo para mostrar que relação do desarmamento em outros países não significou muito em relação as taxas de homicídios.

Decretar o desarmamento geral como principal medida para coibir a criminalidade costuma ser um tiro pela culatra. A Jamaica, um dos países mais violentos da América, banuiu as armas de fogo em 1974. De lá pra cá, a situação piorou e com o acréscimo de um novo elemento, o mercado negro de armamentos. (KLINTOWITZ, 2005, p.82)

Logo, com um enquadramento claro à favor do “não”, a revista **Veja** apresenta 40 expressões desfavoráveis ao desarmamento, enquanto a **Época** apenas 22 questões favoráveis ao desarmamento. Evidenciando assim, que a **Veja** apresentou de maneira mais explicativa seu posicionamento, enquanto a **Época** de modo sutil. Vale ressaltar que a revista **Época** teve quatro páginas a menos do que revista **Veja**, mas dentro desta pesquisa o que está sendo avaliado é o modo como as reportagens apresentaram seu conteúdo. Então, ambas fizeram o enquadramento com o objetivo de ser parcial mesmo.

Nas próximas categorias iremos tratar dos núcleos de argumentos mais específicos, que fazem parte do objetivo desta informação, ou seja, do modo como expuseram seus argumentos voltados para temas bem definidos nas matérias.

¹² Segundo o Dicionário de Comunicação de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Guimarães Barbosa, a definição *Boxe* é um quadro.

5.1.3 Desarmamento em outros países

Tanto a revista **Veja** quanto a **Época** tratam e enfocam esse tema nos seus textos, porém cada uma retrata o caso dos países que adotaram a proibição da comercialização de armas e munição valorizando o seu posicionamento. O quadro abaixo indica o posicionamento favorável e desfavorável sobre essa categoria.

Expressões favoráveis

ÉPOCA – 3 de outubro de 2005

...Na Austrália, que adotou essa medida, os homicídios à bala caíram pela metade num espaço de cinco anos
Nações onde o comércio de armas é proibido há tempos, a lei é cumprida a rigor
Na Inglaterra, a cifra do ano passado foi 68 – o equivalente a uma semana de violência no Rio
No Japão, são 30 homicídios anuais à mão armada, menor que durante um final de semana em São Paulo

Total: 4

Centímetro por página: 23,5

VEJA – 5 de outubro de 2005

Total: 0

Expressões desfavoráveis

ÉPOCA – 3 de outubro de 2005

Total: 0

VEJA – 5 de outubro de 2005

Suíça onde a venda de armas é livre...tem menores taxas internacionais de criminalidade
Cidadão honesto que quer ter uma arma é obrigado a recorrer à ilegalidade
A Austrália banuiu modelos automáticos e semi-automáticos mas o número de homicídios manteve-se inalterado
Na Inglaterra desde o banimento as armas, os crimes de morte aumentaram 25% e as invasões à residência em torno de 40%
A Suíça é um dos países mais armados do mundo [...] as ocorrências de crime por arma de fogo são tão baixas que nem sequer têm valor estatístico
A história mostra que restringir o acesso da população é uma das primeiras medidas de um regime totalitário
Os criminosos jamaicanos encontram pistola e revólveres contrabandeando facilmente

Total: 7

Centimetragem: 40,5 cm

A avaliação do primeiro quadro mostra que, a revista **Época** enfoca, a partir dos dados positivos sobre o desarmamento ocorrido na Austrália e Inglaterra, a noção de redução dos homicídios à bala em um curto espaço de tempo. No entanto, houve um recorte na pesquisa oficial realizada pelo governo Australiano, além do que, a revista desconsidera também que houve um aumento expressivo dos crimes cometidos com armas ilegais. A escolha pelo dado positivo da pesquisa enfatiza que esta mídia argumentava em favor da proibição da comercialização de armas e munição no Brasil. Além disso, se a revista opta por comparar o exemplo do desarmamento na Austrália, também era importante mostrar o cenário de formação do desarmamento naquele país para compreender as mudanças na legislação. A pesquisadora Rebecca Peters avaliou o processo de desarmamento da Austrália e pode detectar que não foi em um curto espaço de tempo em houve redução dos homicídios naquele país. Ao contrário, este foi processo gradativo de aceitação em todos os territórios.

Desde meados da década de 1980, numerosos homicídios em massa na Austrália estimularam uma campanha cada vez mais forte a favor das leis mais rigorosas do controle de armas. Essa campanha teve um sucesso limitado, com avanços gradativos em certos estados e territórios, até o massacre de Port Arthur em 1996 [...] Em 28 de abril de 1996, um homem armado com dois rifles semi-automáticos de uso militar matou 35 pessoas em Port Arthur, o local histórico da Tasmânia, um dos pontos turísticos mais populares do país [...] Em reação a pressão pública, o primeiro ministro convocou os secretários de segurança dos estados e territórios e lhes apresentou um plano de leis rígidas e uniformes (PETERS, 2005, p.68)

Para jornalista Mônica Prado, as estatísticas sobre a violência na Austrália são mais assertivas do que as brasileiras. Entretanto, é correto dizer que houve um recorte sobre o posicionamento destas revistas quanto os dados apresentados.

Quando começávamos a trabalhar com os números, vimos que eles só serviam a quem fosse comprar uma mercadoria na feira. Vamos imaginar que temos um tomate não totalmente vermelho, tem um lado mais vermelho e um mais verde. O mesmo acontecia com as estatísticas internacionais. Mesmo sendo as estatísticas internacionais muito precisas, as categorias eram diferentes das nossas, ou seja, classificações diferentes. No caso da Austrália, você devolvia se quisesse ou pagava para registrar a arma. No entanto, os crimes de *small guns* não diminuíram. O que de fato diminuiu foi a violência entre as famílias. Nesse caso, o “sim” pegou o lado do tomate verde, fazendo um recorte das pesquisas. Geralmente, o recorte visa favorecer um posicionamento e também serve para defender e atacar com número (Prado, 2005, apêndice A).

Diferentemente, a revista **Veja** mostra “o lado vermelho do tomate”, ressaltando a idéia de que os exemplos internacionais do desarmamento da população civil não significaram em uma redução geral da criminalidade. Por sua vez, ela também apresenta um argumento falacioso¹³ quanto afirma que restringir o acesso a população à armas de fogo e munição é uma medida de regime totalitários. Essa afirmação é contraditória, pois o Reino Unido e a Austrália são exemplos de que regimes democráticos que adotaram políticas de combate à violência por armas de fogo e alcançam uma redução significativa de homicídios.

5.1.4 Comércio Ilegal no Brasil

Esta categoria mostra o enfoque dado ao tema do comércio ilegal no Brasil pelas revistas, analisando tanto o número de expressões em que aparecem no texto como na frequência da palavra-chave: bandido e seus sinônimos.

Mesmo o Referendo das Armas propósito se tratar da proibição do comércio legal de armas, a mídia enfocou na discussão sobre o comércio ilegal. O professor Robert Putman, pesquisador norte-americano da Universidade de Harvard estudou os efeitos da divulgação da violência na mídia e percebeu que “a mídia é uma das mais contundentes formas de se propagar e exaltar a violência: a violência real estampada nos telejornais; a violência representada nos filmes, novelas e seriados e a violência simbólica, apresentada principalmente nos programas humorísticos que banalizam o crime, fazem chacota com as lideranças sociais, os professores, os líderes religiosos, massacram as minorias e ridicularizam todos aqueles que fogem dos padrões impostos pela sociedade de consumo” (PUTMAN, 2004).

Frequência de expressões no texto:

ÉPOCA – 3 de outubro de 2005

...Mercado paralelo é hoje o grande fornecedor da criminalidade, mas a maioria dos revólveres e pistolas usados pelos bandidos é roubada de cidadãos comuns
Embora parte do crime organizado dispunha de itens com rifles AR-15, morteiros e granadas, a maior parte do arsenal fora da lei é formado por três-oitão de segunda mão
O referendo não vai decidir sobre o porte de arma ou a guarda de arma registradas dentro de casa e nem a punição pelo uso de armas ilegais

¹³ Segundo o dicionário o dicionário Larousse Cultural, falácia significa um argumento logicamente inconsistente, inválido, ou que falhe de outro modo no suporte eficaz do que pretende provar. Argumentos que se destinam à persuasão podem parecer convincentes para grande parte do público apesar de conterem falácias, mas não deixam de ser falsos por causa disso. Reconhecer as falácias é por vezes difícil.

Total: 3

Frequência da palavra bandido: 6 vezes

Frequência de sinônimos: 17 vezes

Centimetragem: 4,5 cm

VEJA – 5 de outubro de 2005

No Brasil vai continuar sendo exercido com todo ímpeto pelo contrabando
Certo como os impostos e a morte, os vendedores ilegais de armas continuarão alimentando o arsenal dos bandidos...
O referendo é um disparate, uma tentativa de mudar de assunto, de desviar a atenção das pessoas do mal que realmente as atormenta: o banditismo.
... vai ajudar aumentar ainda mais o poder de fogo dos bandidos
Os bandidos, como se sabe, são fora-da-lei.
Se o comércio de armas se tornar ilegal, os bandidos vão continuar fortalecendo seu arsenal no mercado negro
Se o SIM vencer ele apenas irá desequilibrar ainda mais o balanço de forças entre as pessoas comuns e os bandidos – a favor dos bandidos
Em 2001, essa delegacia rastreou 1030 armas apreendidas para descobrir como elas chegaram nas mãos dos criminosos e descobriu que boa parte delas era [...] de uso exclusivo das Forças Armadas e da polícia.
Nos morros cariocas, os criminosos exibem exemplares do Fuzil Automático Leve (FAL) usado pelo Exército Brasileiro
Obviamente, os criminosos não vão obedecer à proibição do comércio de armas
...3.000 revólveres e armas de caça são vendidos por ano. Isso num país em que estima existirem 8 milhões de armas clandestinas
A premissa é duplamente falsa: primeiro porque o contrabando dará um jeito de atender à demanda por armas. Segundo porque, mesmo que as armas disponíveis diminuíssem, isso não seria suficiente para reduzir a criminalidade

Total: 12

Frequência da palavra bandido: 17 vezes

Frequência de sinônimos da palavra bandido: 52 vezes

Centimetragem: 57,5 cm

A revista **Época** trata essa questão de forma explicativa e menos persuasiva. No entanto, ela separa a definição do “crime organizado” da idéia dos “fora da lei” que podem ser apenas um civil que não cumpriu uma exigência na lei do Estatuto do Desarmamento ou um criminoso que faça parte do crime organizado. Essa informação amplia a discussão para possibilidades diferentes de interpretação sobre o modo como ela aborda a criminalidade. Além disso, não há uma estatística apresentada que mostre uma pesquisa completa sobre o crime organizado no Brasil.

A citação sobre o comércio ilegal neste caso só valorizou o argumento defendido para o ‘sim’ ao desarmamento, ligando a idéia de que as armas apreendidas dos bandidos fazem parte do arsenal da população civil.

O mercado paralelo é hoje o grande fornecedor da criminalidade, mas a maioria dos revólveres e pistolas usados pelos bandidos é roubada de cidadãos comuns – e não contrabandeada, como reza o imaginário popular. Embora parte do crime organizado disponha de itens como rifles AR-15, morteiros e granadas, a maior parte do arsenal fora da lei é formada pelo “três-oião” de segunda mão (MARTINS; PEREIRA; CLEMENTE; 2005, p. 69)

Em contrapartida, a revista **Veja** apresenta seus argumentos apostando na intimidação do leitor pela falta do monopólio legítimo de violência no Brasil. Aliás, devido a análise quantitativa esse é o principal argumento defendido na matéria, ou seja, a noção de que o contrabando vai ser o maior beneficiário do desarmamento da população civil. O jornalista Alberto Dines avaliou esta publicação no que se refere uma reportagem e constatou que com esse argumento a **Veja** tendeu mais para o lado “marketeiro”, valorizando a vendagem, do que para uma reportagem jornalística.

Veja abdicou da sua capacidade de persuadir. Não confia nela ou não confia no leitor. Prefere o rolo compressor da argumentação curta, frenética e fartamente ilustrada. Aquele recurso das páginas 78-79 é pura propaganda, nenhum parentesco com jornalismo. Ao lado de um “inocente” revolver calibre 38 o título proclama: “O referendo pode proibir a venda desta arma...”; e conclui, na página frontal: “...mas nada pode fazer para tirar este arsenal das mãos dos bandidos” – e mostra 32 granadas e sacos de munição de grosso calibre (DINES, 2005).

5.1.5 A formulação da pergunta do Referendo

Essa categoria mostra como a pergunta do Referendo foi divulgada pelos meios de comunicação sem apresentarem para população brasileira mensagens esclarecedoras para que elas possam votar consciente sobre o assunto. No capítulo 3 (página 14 deste estudo) foi mostrado como a pergunta do Referendo produziu dúvidas quanto a resposta para 29% das 100 pessoas entrevistada pela Agencia Estado, no entanto, essas duas revistas foram pouco esclarecedora quanto a esse ponto de entendimento do Referendo. Assim, essa categoria se faz importante, pois mostra como essas revistas reportaram sobre a pergunta.

No âmbito político, a pergunta do Referendo foi questionada inúmeras vezes, mas mesmo assim não foi alterada¹⁴. No dia 15 de março de 2005, parlamentares que eram contra o desarmamento apresentaram uma proposta na Comissão de Segurança Pública para alterar a pergunta do Referendo. A idéia era ressaltar, na pergunta, a noção de legítima

¹⁴ Ver Anexo D

defesa pessoal e do patrimônio para enfatizar que o Referendo se tratava da proibição do comércio de armas.

A mudança na pergunta foi proposta pelo então relator Vanderval Santos (PL-SP), mas não foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. O texto sugeria que ao invés da pergunta ser “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”, deveria ser: “Deve ser proibido em todo o território nacional, o comércio de armas de fogo e munições a pessoas, para sua legítima defesa e de seu patrimônio na forma de lei?”. Mas para o deputado Raul Jungman, que representava os interesses da Frente Brasil sem Armas, a mudança desvirtuava da proposta inicial de ser contra ou favor à proibição da comercialização de armas e munição em território nacional.

O quadro abaixo visa mostrar exatamente como as revista **Veja** e **Época** apresentaram esse tema nas matérias:

Frequência de expressões no texto

ÉPOCA – 3 de outubro de 2005

Todos os eleitores serão obrigados a ir às urnas para responder “sim” ou “não” à seguinte pergunta: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”

Total: 1

Centimetragem: 2,5 cm

VEJA – 5 de outubro de 2005

A pergunta que será feita no referendo das armas é um disparate. Ela ilude o eleitor.
A maneira como a pergunta do referendo foi formulada é, em si, desonesta
Como profissional de uma empresa de pesquisas de mercado, Hernandes tem de se preocupar em fazer perguntas que não provoquem respostas distorcidas do público pesquisado
Como o brasileiro está acostumado a relacionar armas com criminalidade que assola o país, sua tendência natural é dizer sim à proibição
A idéia de um planeta sem armas é uma deliciosa utopia.

Total: 5

Centimetragem: 16 cm

Como mostra o primeiro quadro, a revista **Época** não esclarece sobre a pergunta, apenas cita a pergunta sem nem ao menos mostrar o que representava o “sim” e o “não”.

Já a revista **Veja** defende o argumento de que a pergunta é mal formulada, pois apresenta uma tendência natural para que os eleitores respondam sim à proibição e explica

essa posição. No entanto, a revista erra ao colocar a numeração da pergunta na ilustração da capa e dentro da revista, na urna¹⁵.

O que se percebe nesta análise é que, a revista **Veja** ao invés de esclarecer usa esse tema como argumento para sua defesa, enquanto a revista **Época**, apresenta esse tema superficialmente.

5.1.6 Dados do Referendo

Historicamente, o Brasil é um país que não tem tradição na área de pesquisa sobre violência urbana. Diante desta constatação, a proposta de se fazer um Referendo que trata da comercialização de armas de fogo e munição fica prejudicada. Afinal, como a população irá se posicionar se não tem dados estatísticos confiáveis para se informar? Essa preocupação não foi levada em conta neste Referendo, mas isso, não cabe as frentes parlamentares ou aos meios de comunicação e sim ao Governo, que deveria ter percebido sobre essa necessidade e investido mais nesta área antes para que a população viesse a votar o Referendo das Armas.

O jornalista Gilmar Penteado apresentou sobre essa dificuldade de se obter dados estatísticos corretos sobre a condição da criminologia brasileira na reportagem intitulada: “Falta de dados prejudica o debate” para o Jornal Local em 5 de outubro de 2005. Segundo ele, a falta de tradição de pesquisas atrapalha muito para se fazer uma avaliação mais profunda do efeito do Referendo. Na matéria, Penteado entrevista o coordenador do Centro de Análise e Planejamento da Secretaria pública de São Paulo, Túlio Kahn que afirma que o grande problema nas pesquisas brasileiras está na falta de uma classificação da natureza dos homicídios.

Diante da falta de dados confiáveis, os meios de comunicação contribuíram ainda mais para que o eleitor ficasse indeciso sobre o Referendo, pois não tinham informação oficial segura sobre o tema e sim estimativas. Assim, essa categoria mostra como houve um equívoco na apresentação dos dados do Referendo pelas revistas **Veja** e **Época**.

¹⁵ Ver anexo F

Frequência de expressões no texto:

ÉPOCA – 3 de outubro de 2005

O Instituto de Estudos da Religião (Iser) [...] realizou um estudo com 77.527 armas apreendidas com criminosos no Rio de Janeiro. Constatou que, 30% delas haviam sido compradas por cidadãos “de bem” e depois roubadas
No Estado de São Paulo, durante a década de 90, a média de armas de fogo que saíram das mãos dos donos – roubadas, furtadas ou “desaparecida – foi de 14.306 por ano
Um estudo do Iser no Rio de Janeiro mostrou que, durante um assalto, o risco de morrer é 180 vezes maior quando o indivíduo reage do que quando ele simplesmente entrega o dinheiro
O que se sabe é que o Brasil figura em segundo lugar no ranking da Unesco sobre mortes por armas de fogo em relação à população
Com uma taxa de 21,72 assassinatos para cada 100 mil habitantes, o país só perde para Venezuela (34,30)
Para que se tenha uma idéia, nos Estados Unidos, com 100 milhões de habitantes a mais que o Brasil, o número de assassinatos por arma de fogo é menor – cerca de 10 mil por ano
Pesquisa da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo mostra que apenas 5% dos crimes à mão armada estão relacionados a latrocínio (roubo seguido de morte)
O cientista político Guaracy Mingardi, pesquisador das Nações Unidas, explica que a maioria dos homicídios (63%) resulta do que se chama tecnicamente de “conflito interpessoal”
Segundo estimativa feita pelo Iser, no Rio, 56% dos 17 milhões de armas em circulação no país estão irregulares
A última pesquisa divulgada pelo Sensus mostrava receptividade de 82% da população ao “sim”

Total: 10

Centimetragem: 22,8 cm

VEJA – 5 de outubro de 2005

Há 2,5 milhões de armas legalmente registrada em mãos de cidadãos comuns. Em termos de percentuais, significa que 1,4% dos brasileiros tem uma arma
O Rio Grande do Sul é um exemplo. O estado tem a população mais armada do país. 93700 armas registradas, ou uma para cada dez habitantes. Ao mesmo tempo produz uma das menores taxas de homicídios (doze para cada 100.000 habitantes)
A Suíça é um dos países mais armados do mundo. São 2 milhões de armas – entre elas 600.000 fuzis e 500.000 pistolas – para uma população de 7 milhões de pessoas
Segundo uma pesquisa da Universidade de São Paulo, apenas 10% dos brasileiros acreditam que a polícia garante a segurança da população
Apenas um décimo dos 50.000 homicídios que acontecem por ano no Brasil é esclarecido pela polícia
O governo federal gasta, por ano, 170 milhões de reais com segurança pública. Isso é menos do que os 270 milhões de reais que serão gastos com o referendo
No Brasil os disparos acidentais representam 5% das mortes por armas de fogo que ocorrem por ano. É um número baixo comparado com as mortes intencionais, mas é uma das taxas mais altas do mundo

Total: 7

Centimetragem: 14,3 cm

Nas expressões retratadas pela revista **Época**, é possível perceber que as pesquisas apresentadas enfocam apenas nos dois maiores estados brasileiros: Rio de Janeiro e São Paulo. O Brasil é composto por 26 estados e 1 distrito federal, mas os jornalista que apuraram sobre essa reportagem, considerou apenas os dois maiores. Com isso, a revista

desconsiderou a diversidade situações no território brasileiro, mostrando apenas os dados estatísticos para o público de maior concentração dos seus leitores. Dentro do processo de unificação do território brasileiro, a **Época** trabalhou com a idéia de o Brasil resume-se na região Sudeste.

Na primeira expressão apresentada acima, ela mostra uma pesquisa sociológica do Instituto de Estudos da Religião em que 30% das 77.527 armas apreendidas com bandidos eram de cidadãos “de bem”. Na matéria, a pesquisa aparece apenas tendendo para um lado de sua defesa do desarmamento, mas faltou explicar de onde vieram os 70% das armas que não eram da população civil. A porcentagem 30% é menor que a de 70%, no entanto, a revista não levou em conta a abrangência desta informação.

Na quarta expressão, a revista coloca a questão da colocação do Brasil no que se refere às mortes por armas de fogo e ainda sugere uma comparação com a população. A frase perde o total sentido dentro do contexto da comparação das mortes por armas de fogo com relação à Venezuela, por exemplo. Além disso, ela não define qual população e nem qual a natureza e situação desta morte, apenas “joga” esse dado.

Na sexta expressão, a revista enfatiza na comparação do Brasil com os Estados Unidos, mas não contextualiza a realidade social de cada um. Como foi mostrado no capítulo 3, a revista Carta Capital foi uma das poucas mídias impressa que tratou da questão da violência urbana, levando em conta o contexto social brasileiro. Ou seja, essa comparação com os Estados Unidos fica tendenciosa se não for mostrado o que estaria por trás dessa criminalidade.

Na oitava expressão, a revista usa um dado estatístico para mostrar que: dos crimes a mão armada, 5% estão relacionados a roubo seguido de morte. Esse dado pode ser pequeno em relação ao universo dos 95% dos crimes que não são seguidos de morte, como o roubo. Mesmo sendo um dado relativamente pequeno no universo de 100%, a revista enfatiza seu argumento com base nas estatísticas menores.

Na última expressão apresentada sobre dados do Referendo, a revista enfatiza os dados estatísticos favoráveis ao desarmamento. Isso implica também em um posicionamento quando ela apresentação de apenas um lado da pesquisa, conforme debatido pela jornalista Mônica Prado.

Mas a revista **Veja** também privilegia apenas um lado das estatísticas para fortalecer seu argumento. No entanto, pelo menor número de expressão, ela não considera esse um fator importante para informar sobre o Referendo. O que pode ser pela falta de precisão nos dados ou apenas pela não necessidade de usá-los. Apesar de ela ser mais

abrangente, no que refere-se a incluir as estatísticas do Rio Grande do Sul, a escolha é única e ajuda a fortalecer ainda mais seu argumento em prol do “não”.

O governo federal gasta, por ano, 170 milhões de reais com a segurança pública. Isso é menos do que os 270 milhões de reais que serão gastos com o referendo. Com esse dinheiro seria possível comprar 10.500 viaturas e 385.000 coletes à prova de bala para política. o recurso seria ainda mais bem aplicado se fosse usado na aquisição de computadores para as delegacias e na unificação do banco de dados das forças públicas (KLINTOWITZ, 2005, p.88).

Conclusão

A pesquisa demonstrou como as revistas **Veja** e **Época** posicionaram-se ao noticiar o Referendo das Armas, votado no Brasil em 23 de outubro de 2005. O estudo observou a forma como as revistas desconsideraram o gênero informativo, que registra e informa baseado na apresentação de uma reportagem de caráter imparcial e esclarecedora para público. Em detrimento, da escolha do texto no formato de gênero opinativo, caracterizado como um editorial, privilegiando assim o posicionamento defendido pelo veículo. Essa opção revelou ainda, o descomprometimento dos jornalistas que produziram estes textos com a construção de um ambiente democrático para votação deste Referendo, principalmente, no que refere-se ao direito à informação, previsto na Lei n. 5.250, de 09 de fevereiro de 1967.

Ao contrário, essa análise mostra que o método usado para elaboração das matérias tinha a intenção de persuadir o eleitorado, enfatizando determinados temas, caracterizados neste trabalho como categorias, para defender o seu posicionamento sem uma ampliação na discussão deste Referendo. Essa atuação desastrosa dessas mídias vem contribuindo para o fenômeno do distanciamento da grande mídia aos interesses esclarecer para com a sociedade.

Dessa forma, o modo como a revista **Veja** persuadiu o leitor enfatizando na ausência do monopólio legítimo do uso da violência pelo Estado, tratando da questão da criminalidade como maior empecilho para construção de um ambiente de paz, foi detectado neste estudo ocupando maior parte do seu discurso. Em contrapartida, a revista **Época** que na capa propunha uma isenção quanto ao conteúdo informativo sobre o Referendo, mostrou total parcialidade no decorrer da matéria quando ao favorecimento à proibição de armas e munição no Brasil, ou seja, induzindo o eleitor para votar pelo “sim”. E mais, apresentou dados estatísticos sem contextualização, causando assim mais desinformação ao público.

Logo, este estudo conclui que as revistas utilizaram-se de uma abordagem superficial e opinativa do tema do Referendo, evidenciada na seleção e distribuição de argumentos. E mais, apesar das revistas terem apresentado um número diferente de páginas para expor essa temática, de acordo com a verificação da centimetragem, o enquadramento feito por elas corresponde que ambas tinham a intenção de ser partidária.

Referência

AMARAL, Marina. *Chumbo Grosso no Congresso*. Rio de Janeiro, edição n. 103, out. 2005.

ATHAYDE, Phidia. *Bem longe do alvo*. São Paulo, edição 364, out 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70, 1997.

BOURGOIS, Josephine. *Revista Veja publica informações distorcidas em matéria sobre o referendo*. Disponível em:

<<http://www.vivario.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1118&sid=16>>

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. Ática. Edição 11, 1999.

CLEMENTE, Isabel. *Armas na linha do tiro*. Rio de Janeiro, edição n.385, p.69-74, out. 2005. Violência.

DINEZ, Alberto. *Desarmamento em foco*. Disponível em:

<http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/arquivo/principal_051011.asp#programacao>

Acesso em: 15 set. 2006.

DINEZ, Alberto. *Não" ao desarmamento, "sim" ao facciosismo*. Disponível em:

< <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=349IMQ001>>

Acesso em: 2 out. 2006

FRANÇA, Vera. *Teorias da Comunicação: Conceitos e Tendência*. MORIN, Luiz; HOHLFELDT, Antonio. Petrópolis, RJ. Vozes, 2001.

FERREIRA, Aurélio. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1988.

Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa. Editora Nova Cultural, São Paulo, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Diferença entre "não" e "sim" supera 27 pontos percentuais*.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u114508.shtml>>
Acesso em: 29 out. 2006

LIMA, Hector. *Revista Veja e o referendo do desarmamento*.

Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/332117.shtml>> Acesso em: 10 set. 2006.

KIENTZ, Albert. *Comunicação de Massa – Análise de Conteúdo*

OLIVEIRI, Antônio. *Povo pode manifestar-se sobre temas polêmicos*. Disponível em:

<<http://www.noticias.uol.com.br/licaodecasa/materias/medio/atualidades/ult1685u206.jhtm>>
Acesso em: 20 set. 2006.

PORTO, Mauro. *Enquadramentos da mídia e política*. Mimeo, 2005.

RABAÇA, Carlos. Dicionário de Comunicação. BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1950.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Edição 11, 1994.

ZALUAR, Alba. *Desarmamento, segurança pública e cultura da paz*. MISSE, Michel; BOURGOIS, Josephine; TEXEIRA, Paulo; PETERS, Rebecca; NARVAEZ, Leonel; BINGEMER, Maria. Cadernos Adenauer. Edição 3, 2005.

Anexo A

Auditoria de Imagem

Site Senado

Subsídio para Assessoria Jurídica

A Assessoria de Comunicação realizou consulta ao site do Senado Federal (www.senado.gov.br), no que diz respeito ao referendo. O material coletado corresponde ao período de 1 de agosto até o dia 28 de setembro de 2005. O site do Senado reúne material jornalístico da Agência Senado, Rádio Senado e Jornal do Senado. A coleta e a análise do material permite à Assessoria de Comunicação dizer o seguinte:

Jornal do Senado

- 1) Do Jornal do Senado há disponibilizadas 51 matérias, a partir de consultas com as palavras-chaves Referendo, Desarmamento, Brasil sem Armas e Legítima Defesa.
- 2) Dessas 51 matérias, 6 (seis) delas se referem ao voto não no referendo. Outras 15 (quinze) matérias citam as normas do referendo, falam do Tribunal Superior Eleitoral e citam de igual maneira as duas Frentes. E 30 (trinta) matérias, que é a maioria, dão preferência para o voto SIM. É importante observar que algumas dessas 30 matérias não falam diretamente da Frente Brasil sem Armas, no entanto, usam do recurso editorial de publicar fotos de representantes da Frente que defendem o voto SIM. Em nenhuma das 30 matérias, há um título e/ou um abre (lead de abertura da matéria) que se refira à Frente Legítima Defesa, que defendo o voto NÃO no referendo.
- 3) Nas 51 matérias publicadas, a Frente que defende o voto não (Legítima Defesa) aparece citada, na maioria das vezes, no pé da matéria e, geralmente, com número de linhas em menor quantidade do que da Frente defensora do voto SIM.

Agência Senado

- 1) Várias matérias publicadas pela Agência são as mesmas publicadas pelo Jornal do Senado, o que faz com que as observações para a Agência Senado sejam similares às feitas para o Jornal do Senado.
- 2) São ao total 51 matérias, 20 são neutras, ou seja, abordam o assunto de maneira geral. Outras 25 matérias abordam a Frente Brasil sem Armas. E 6 abordando a Frente que defendo o voto não (Legítima Defesa).

Rádio Senado

- 1) No site, é possível encontrar 19 matérias da Rádio Senado. Dessas matérias, 8 favorecem o voto SIM no referendo, 1 favorece ao voto NÃO e 10 são matérias em que há registros sobre o referendo e instruções do TSE.
- 2) Na maioria, são matérias (sonoras) de rádio de tempo de até 2 minutos. Duas delas, no entanto, são matérias de entrevistas com integrantes da Frente Brasil sem Armas que têm mais de 4 minutos cada uma. Uma delas é o com Ylana Carvalho e a outra é com Flávio Saporì, secretário de Defesa Social de Minas Gerais. Inclusive, nessa matéria, o título é Governo Mineiro apóia desarmamento, fazendo uma transposição das opiniões pessoais, que defende o Secretário, a um aspecto político de governança do Estado.

Anexo B



SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Brasília, 03 de outubro de 2005

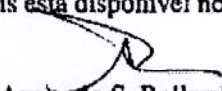
NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em face da representação dirigida ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral pela Frente Parlamentar "Pelo Direito da Legítima Defesa", questionando o suposto "tratamento privilegiado" dado pelo site do Senado Federal, especialmente no que se refere aos conteúdos das matérias e reportagens da Agência Senado, da Rádio Senado e do Jornal do Senado, esta diretoria da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal vem a público esclarecer o seguinte:

1. Que o projeto de lei que instituiu o Estatuto do Desarmamento e estabeleceu a realização do referendo sobre a comercialização de armas e munições, tramitou e foi aprovado, por ampla maioria, pelos excelentíssimos senhores e senhoras senadoras;
2. Que, bem antes do início da campanha oficial do referendo, criamos em nosso endereço eletrônico uma "gaveta" sob o título "Desarmamento", justamente em função do debate havido quando da tramitação do Estatuto do Desarmamento;
3. Que, conforme sua missão institucional, os meios de comunicação do Senado Federal acompanharam e divulgaram, inclusive ao vivo, os intensos debates surgidos em torno do tema, por sua amplitude, significado e relevância, transmitindo as sessões do plenário, bem como as reuniões técnicas, conforme mandam as normas da Casa (Ato da Comissão Diretora Nº 15, de 2002);
4. Que não nos cabe censurar - ou discriminar - as opiniões e pronunciamentos dos excelentíssimos senhores senadores, os quais estão constitucionalmente protegidos em sua imunidade parlamentar pelo artigo 53 da nossa Carta Magna;

Anexo C**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.**

5. Que matérias e/ou reportagens mais propensas a uma ou à outra posição são resultantes da cobertura das atividades dos senadores, mediante critério meramente jornalístico e não relacionado à tomada de posição em favor de quaisquer dos lados envolvidos no referendo;
6. Que, além de publicar as regras do referendo, definidas pelo pleno do TSE, decidimos continuar divulgando o debate em torno do tema, contemplando os posicionamentos das duas Frentes recentemente oficializadas, de forma plural e aberta;
7. Que os veículos de Comunicação Social do Senado Federal sempre estiveram acessíveis à veiculação das posições dos integrantes da Frente "Pelo direito à Legítima Defesa", não correspondendo à verdade a assertiva de que discriminamos suas opiniões em nossas pautas;
8. Que esta Secretaria, de acordo com recomendação da Mesa Diretora do Senado, tem reiterado sua expressa orientação para que repórteres e redatores divulguem a opinião dos representantes das duas frentes, cobrindo com equilíbrio e isenção a campanha do referendo, conforme determinado pelas resoluções do TSE .
9. Que, para evitar polêmica e mal entendido, acatando determinação superior, esta SECS, ao tomar conhecimento da petição encaminhada ao TSE, prontamente determinou a exclusão do site questionado pela Frente "Pelo Direito à Legítima Defesa", que, desde o final da tarde de hoje (dia 3/10), não mais está disponível no Portal do Senado.


Armando S. Rollemberg
Diretor da SECS

Anexo D



Brasília, 3 de outubro de 2005.

Para: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)
Presidente Eduardo Schubert
Att: Secretária Executiva Marília Espírito Santo

Assunto: PERGUNTA REFERENDO

A Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa constituída para o referendo sobre comércio de armas e munição no país, que se realizará no dia 23 de outubro, sempre esteve preocupada com a pergunta formulada na Lei 10.826/03 por acreditar que ela não expressa adequadamente a imparcialidade e/ou equidade que o quesito deve ter uma vez que o referendo quer consultar a população (mais de 121 milhões de eleitores) sobre a proibição ou manutenção da venda legal de armas de fogo e munição para o cidadão em todo o país.

Em março deste ano, os deputados integrantes da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados articularam-se para votar mudanças no texto da pergunta, assunto vastamente coberto pela mídia entre os dias 15 de março e 22 de abril quando o projeto foi, então, encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça com a pergunta original do Senado, que é a que será usada no referendo: "o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no país". A mudança da pergunta foi proposta pelo então relator Wandervall Santos (PL - SP), que justificou a alteração alegando que "a questão induzia o cidadão a responder a favor" e que a pergunta originária do Senado não esclareceria que a proibição recairia apenas sobre o comércio legal de armas de fogo e munição.

A pergunta do referendo volta à mídia nacional quando, em entrevista coletiva na sede da CNT, no dia 13 de setembro, o diretor do Instituto SENSUS emite sua opinião pessoal sobre os resultados da rodada 78 da Pesquisa CNT/Sensus, que inclui a pergunta oficial do referendo, esclarecendo que "a pergunta como está formulada gera uma tendência de aprovação". O diretor justifica o comentário uma vez que a rodada 74, da mesma pesquisa, datada de fevereiro, perguntou: "o sr (a) é a favor ou contra a proibição da venda de armas no país para os cidadãos em geral?" e o resultado é avassaladoramente diferente.

Além disso, vale ressaltar que pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em maio deste ano, por um instituto de Belo Horizonte, apontou que os eleitores consideraram a pergunta oficial muito confusa pois é necessário raciocinar positivo para responder negativo e raciocinar negativo quando se quer responder positivo.

Diante do exposto, a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa solicita à Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP) um parecer técnico sobre a pergunta oficial do referendo sobre comércio de armas e munição que será realizado no dia 23 de outubro. O parecer técnico permitirá reforçar o esclarecimento necessário para que o cidadão possa decidir sobre a questão que lhe está sendo colocada para consulta popular.

Esperamos contar com a colaboração da Associação e que o parecer técnico possa ser comunicado à Frente Parlamentar até o dia 10 de outubro. Sem mais no momento,

Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa
Assessoria de Comunicação Social
Mônica Prado (jornalista MT 2672)

Anexo E

3169
CAPA
Nº 386

3169

A MODERNA REVISTA SEMANAL DE INFORMAÇÃO

EPOCA


6,90 Nº 385 3 outubro 2005 www.epoca.com.br

CONGRESSO
Como a vitória de Aldo Rebelo influencia a eleição de 2006

EDITORIA GLOBO

EXEMPLAR DE ASSINANTE VENDA PROIBIDA

Anexo 1



O QUE PODE MUDAR EM SUA VIDA COM O PLEBISCITO DO DIA 23

ARMAS

ENTENDA ANTES DE VOTAR

Anexo F

Editora ABRIL
edição 1925 - ano 38 - n.º 40
5 de outubro de 2005

www.veja.com.br

01925
712004
ISSN 0100-7172

REFERENDO DAS ARMAS

7 RAZÕES PARA VOTAR NÃO

A proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos

Apêndice A: Entrevista de Profundidade com Mônica Prado

Esta entrevista foi feita num período de quatro horas, diante da disponibilidade da jornalista em esclarecer os fatos sobre este Referendo. Mônica Igreja Prado é jornalista, professora do UniCeub e foi coordenadora de comunicação da Campanha da Frente Parlamentar pela Legítima Defesa.

Entrevistadora: Como a política atrapalhou este Referendo?

Prado: Primeiro de tudo é preciso compreender que um referendo não como uma eleição. Ele trata de questão moral e ética, no caso do Referendo das Armas, a questão ética é a preservação da vida e amoral: não às armas (morte-vida) e sim às armas (defesa-vida).

Entrevistadora: Como a mídia agendou este Referendo?

Prado: Nos anos 60 a 70, pensávamos que pelo fato da mídia agendar não havia outra saída, ou seja, a mídia agendou está agendado, como se nós consumidores de informações comprássemos essa agenda. As novas pesquisas na área de *agenda setting* e de *news making* vem mostrar que não funciona totalmente assim, ou seja, a mídia agenda, mas os consumidores de informação têm outros mecanismos para contestar aquela agenda, e um desses mecanismos são as conversas interpessoais.

Entrevistadora: Como foi feita a comunicação da Campanha do “Não”?

Prado: Se você me perguntar por que o “não” venceu, a resposta é simples, porque investimos nessas conversas interpessoais. Essa foi uma estratégia de comunicação que optamos baseado em uma pesquisa de opinião feita pelo IBOPE, que mostrava as fontes de informação que são levadas em conta para definir o voto. Essa pesquisa revela que as conversas com pessoas da família determinam 32% para determinar o voto, enquanto a propaganda no rádio e na TV 31%. Por isso, percebemos que havia uma chance frente para reverter atuação da TV Globo. Os maketeiros chamam esse método de marketing viral, mas para nós da comunicação chamamos de marketing de relacionamento. Funciona assim, eu envio um e-mail para você apresentando minhas idéias, aí você diz como está se posicionando, dessa forma, vamos trocando e-mails, nisso, eu sei que você tem mais dez amigos, e aí eu vou passando informação por essas relações. No caso do Referendo, a TV Globo, a revista Época, os jornais, os telejornais, em fim, esses meios de comunicação agendaram o referendo, mas foi por meio das conversas interpessoais que conquistamos a confiança do eleitorado.

Entrevistadora: Vocês chegaram a fechar algum tipo de acordo com a revista Veja antes da publicação do dia 5 de outubro de 2005?

Prado: A revista Veja nunca procurou a nossa assessoria de Comunicação. Se ela foi panfletária ou não, até onde sei ela só pensou em posicionar o leitor dela.

Entrevistadora: Como você vê os dados contraditórios sobre o desarmamento em outros países?

Prado: Quando começávamos a trabalhar com os números, vimos que eles só serviam a quem fosse comprar uma mercadoria na feira. Vamos imaginar que temos um tomate não totalmente vermelho, tem um lado mais vermelho e um mais verde. O mesmo acontecia com as estatísticas internacionais. Mesmo sendo as estatísticas internacionais muito precisas, as categorias diferentes das nossas, ou seja, classificações diferentes das nossas.

Entrevistadora: Mas como você avalia o caso do desarmamento da Austrália?

Prado: No caso da Austrália, você devolveia se quisesse ou pagava para registrar a arma. No entanto, os crimes de *small guns* não diminuíram. O que de fato diminuiu foi a violência entre as famílias. Nesse caso, o “sim” pegou o lado do tomate verde, fazendo um recorte das pesquisas. Geralmente, o recorte visa favorecer um posicionamento e também serve para defender e atacar com número.

Entrevistadora: Como você classifica a atuação da mídia em reforçar a cobertura da violência?

Prado: A cobertura de mídia sobre violência é sempre escandalizada e o efeito dessa cobertura faz com que nós cidadãos percebamos que a violência cresce a cada instante. Essa é uma informação dos estudos de mídia e violência feitos na Alemanha. Num país de primeiro mundo, que tem um sistema de segurança pública excelente, como é caso da Inglaterra, quando se faz pesquisas com a população, o resultado é que as pessoas têm sempre a impressão de que a violência está sempre crescendo. Com isso, surgiu a hipótese de que a primeira a mídia cobre violência, cada dia mais de modo a espetacularizá-la, dando a idéia de aumento da criminalidade.

No caso do Brasil, recentemente a TV Globo teve de exibir um filme do PPC, organização criminal de São Paulo, isso porque de certa forma a Globo espetaculariza a violência, ora, se eu quero tornar as notícias imparciais, dizendo a realidade está ali e eu não a influencio, estou sendo arrogante. Estou tirando de mim a realidade que me cabe nesse latifúndio, plagiando Chico Buarque.

Entrevistadora: Você acredita que o Referendo foi positivo para se pensar em reformulação nas políticas de Segurança Pública?

Prado: O ponto de vista é o seguinte, foram gastos 622 milhões o mesmo preço de uma eleição. O Brasil poderia começar a fazer referendos com assuntos mais próximos da comunidades, como é feito em outros países. O que houve no caso do Referendo do Desarmamento no Brasil foi o seguinte, partiu dos parlamentares essa discussão, assim eles usaram disso como uma disputa de forças políticas internas ao invés de debaterem de forma esclarecedora com a população Brasileira.